

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

EXPOSIÇÃO NACIONAL DOS MAPAS MUNICIPAIS

(Notícia)

I B G E
Biblioteca
Class. _____
Reg. _____

1940

SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
RIO DE JANEIRO — BRASIL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

EXPOSIÇÃO NACIONAL DOS MAPAS MUNICIPAIS

1940

RIO DE JANEIRO — BRASIL

A 29 DE MAIO DE 1940, o *Presidente da República* inaugurou, no recinto da *Feira de Amostras do Distrito Federal*, perante numerosa assistência, a *Exposição Nacional dos Mapas Municipais*.

Organizado pelo *Conselho Nacional de Geografia*, com a colaboração do *Conselho Nacional de Estatística* e da *Comissão Censitária Nacional*, o notável certame foi parte do programa de comemorações do quarto aniversário da instalação do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

Sob a presidência do *Chefe da Nação*, realizou-se uma reunião festiva, durante a qual usaram da palavra os Srs. C. Tavares Bastos, orador da *Sociedade Brasileira de Estatística*, Licínio de Almeida, membro do *Conselho Nacional de Estatística*, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do *I. B. G. E.*, e, por último, encerrando a sessão, o presidente da *República*.

Cessados os aplausos ao discurso do *Chefe da Nação*, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares comunicou que, em comemoração do aniversário do Instituto e atendendo ao apêlo que lhe formulara o *Conselho Nacional de Estatística*, o Presidente Getúlio Vargas assinara um decreto-lei, pelo qual o *Governo* deferia aos sobrinhos do Fundador da *Estatística Geral Brasileira* — dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, filhos do jurisconsulto João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, a herança deixada pelo primeiro.

A seguir, o *Chefe do Governo Brasileiro* examinou, uma a uma, as publicações do *I. B. G. E.*, expostas em interessante stand, entre as quais se enfileiravam, além das de não menor vulto, editadas pelo *Conselho Nacional de Geografia* e pela

Comissão Censitária Nacional, o Anuário Estatístico do Brasil — 1938 e suas separatas — a Estatística do Ensino, a Sinopse Estatística do Brasil, em português e inglês, e as Sinopses Estatísticas de todas as Unidades Federadas, referentes a 1938, — a Divisão Territorial do Brasil, o Anuário Estatístico do Distrito Federal — 1938, o Brasil — 1938, em inglês e o primeiro número da Revista Brasileira de Estatística.

O presidente da República e sua comitiva assistiram a uma demonstração interessante do Serviço Nacional de Recenseamento — a embalagem e encaixotamento de todo o material censitário destinado aos municípios de São Borja e Getúlio Vargas.

Percorreram, em seguida, demoradamente, a Exposição Nacional dos Mapas Municipais, onde se reuniam as 1.574 cartas das unidades componentes do quadro territorial brasileiro, cartas essas acompanhadas de fotografias dos melhoramentos urbanos e belezas naturais de cada município.

Elaborados em observância à lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, denominada Lei Geográfica do Estado Novo, e obedientes às normas técnicas fixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, os mapas, em conjunto, representavam a mais ampla e completa documentação cartográfica já reunida no país, constituindo a sua mostra pública um acontecimento inédito na vida nacional.

Como lembrança da Exposição, o Instituto distribuiu aos presentes algumas publicações especiais, entre elas uma que contém um cartograma das cidades brasileiras e vários documentos referentes às atividades do sistema estatístico-geográfico nacional, e outra, intitulada O Brasil emergindo das cifras, de propaganda do Recenseamento Geral da República.

Durante os dias em que se conservou franqueada à visita publica, a Exposição Nacional dos Mapas Municipais despertou o mais vivo interesse e curiosidade populares, registrando-se considerável afluência ao importante certame cartográfico.

Foram os mais expressivos os depoimentos prestados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por ilustres personalidades e vultos representativos da cultura nacional, a respeito dessa realização de extraordinário alcance para a vida brasileira.

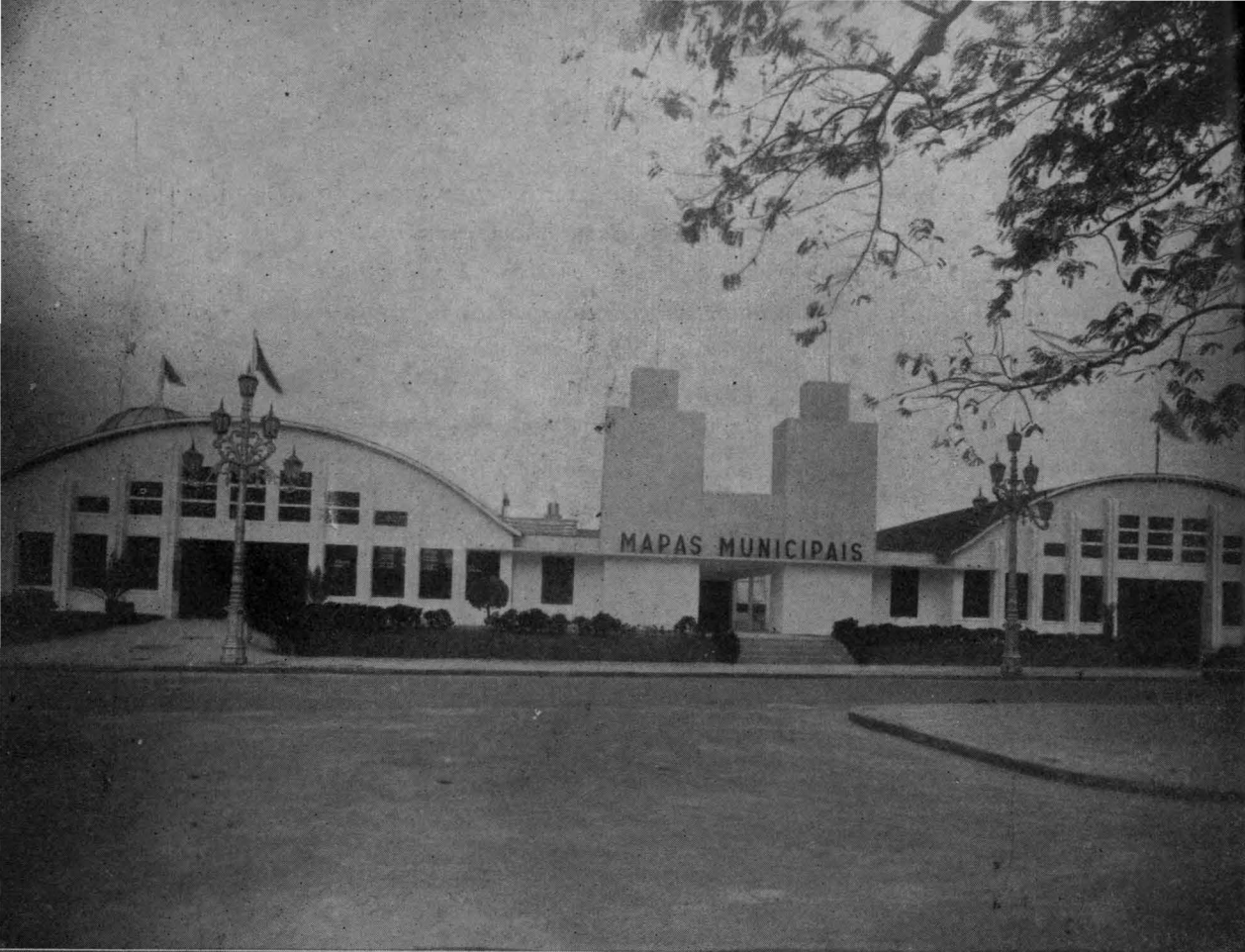
Professores e alunos de vários estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, a convite da Presidência do I. B. G. E. e, igualmente, do Departamento de Educação Primária da Prefeitura, fizeram visitas à Exposição, por ocasião das quais os técnicos do Conselho Nacional de Geografia realizaram breves preleções sobre os trabalhos de natureza geográfica e cartográfica que ora se levam a efeito no país, prestando aos interessados todas as informações referentes ao assunto.

No intuito de homenagear a imprensa, pela colaboração que vem assegurando às causas patrocinadas pelo I. B. G. E., no que diz respeito à coordenação e racionalização dos serviços estatísticos e geográficos nacionais, o C. N. G. reuniu, no dia 8 de Junho, os jornalistas e cronistas de rádio no recinto da Exposição, oferecendo-lhes um cock-tail.

No dia 9 do mesmo mês, verificou-se a visita de todos os funcionários das repartições centrais de estatística do Instituto, que tiveram oportunidade de ouvir uma exposição do Secretário Geral do C. N. G. sobre a campanha nacional da lei 311.

Prorrogado o seu encerramento que se deveria realizar a 17 de Junho, o certame foi, ainda, visitado, no dia 19, pelos corpos docente e discente da Escola Naval e dos técnicos da Secção de Aerofotogrametria do Sindicato Condor.

A Exposição Nacional dos Mapas Municipais, cujos elevados objetivos encontraram singular ressonância nos círculos culturais do país, foi encerrada a 20 de Junho de 1940, com a visita oficial do Sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde.



DISCURSOS



DISCURSO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

COMPLETA, hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o seu 4.º aniversário e, comemorando esta data, inaugura a exposição de mapas de todos os municípios do Brasil, em número de 1.574, que acorreram sem exceção ao chamamento do Instituto.

Surge, no mesmo dia, o quarto número do *Anuário Estatístico do Brasil*, em que os fatos de natureza política, cultural, moral, social, econômica e financeira são classificados e ordenados, podendo-se, através deles, fazer um estudo da vida do país, de seu crescimento, de sua marcha ascensional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem entre os seus objetivos imediatos a execução do Recenseamento Geral, que é, como sabeis, um fator de ordem capital para que nos conheçamos a nós mesmos. Dentro de pouco tempo, teremos o censo do Brasil, — o conhecimento da sua população e todos os elementos indispensáveis à obra dos economistas e dos sociólogos para bem interpretar a nossa vida.

Tudo o que se tem feito é o resultado do trabalho e do esforço dos técnicos do Instituto, que, além da sua competência e dedicação, teem empregado, nessas tarefas, fé e entusiasmo, sem o que nada é possível realizar de duradouro.

Deve-se isto à reconhecida operosidade e ao desinteresse patriótico do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, supervisionando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade, tão próprias do seu temperamento, para conseguir ótimos resultados em todas as empresas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir.

Apreciando tais fatos e antes de encerrar esta sessão, para irmos, então, examinar o resultado consignado na Exposição de Mapas Municipais, que servirão de base ao levantamento da Carta Geral do Brasil, quero apresentar a êsses dedicados servidores do país, com a declaração de que êles bem corresponderam à expectativa do Governo e às necessidades nacionais, as minhas felicitações e os meus agradecimentos.

DISCURSO DO MINISTRO C. TAVARES BASTOS

A SOCIEDADE Brasileira de Estatística, pela sua própria finalidade e por motivos outros de especial significação, não podia ser indiferente à grande data que hoje se comemora. Recentemente reorganizada, por feliz iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e visando contribuir, pelo esforço convergente dos estudiosos da especialidade, para o progresso dêsse vasto campo de estudos em suas aplicações objetivas ao território e à população do país, rejubila-se a nossa corporação em participar desta solenidade em que se celebram, com toda a justiça, as glórias e as benemerências do seu patrono.

A despeito de ter existido e de haver funcionado, *tant bien que mal*, no Brasil, desde 1871, uma repartição especialmente incumbida de elaborar as estatísticas oficiais, tais foram as vicissitudes e alternativas por que passou êsse importante órgão da administração no Império e na República, que somente a partir de 1907, pode-se dizer, lograram eficiente organização os nossos serviços de estatística.

Da reforma efetuada há mais de três décadas, por inspiração do saudoso Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, reforma pouco atingida em suas linhas mestras pelas modificações posteriores, é que se pode datar, com efeito, o renascimento da estatística brasileira, com a autoridade e o prestígio de que gozam as mais bem constituídas do mundo. Até então, como bem acentuava no seu relatório inaugural aquele douto cientista, assim no antigo como no novo regime, a estatística foi sempre, senão esquecida, pelo menos colocada em segundo plano, não se preocupando jamais os poderes públicos em considerá-la a base essencial da administração.

Confirmando mais tarde êsse asserto, outro saudoso estatístico, Sr. Oziel Bordeaux Rêgo, havia de recordar os estreitos limites em que, por aquela época, se continha, entravada, a atividade da Repartição e um simples confronto entre as publicações editadas nos dois períodos, o anterior e o posterior à reforma de 1907, bastaria, é certo, para se ter, de pronto, uma exata impressão da realidade dos fatos.

Os trabalhos extraordinários do recenseamento de 1920, empreendimento gigantesco que veio de certo modo completar a grande obra de Rio Branco, dando-nos a conhecer, depois de revelada toda a extensão do território pátrio, a sua grandeza material em unidades humanas e em valores econômicos, —

absorveram de tal modo as atenções dos seus dirigentes que as actividades normais da antiga Diretoria Geral de Estatística houveram de reduzir-se à sua expressão mais simples.

Estava mesmo previsto que, cessados os recursos financeiros excepcionais do período censitário, os trabalhos permanentes da repartição, à míngua de pessoal apto e suficientemente numeroso, não tardariam a sofrer irremediável declínio, perdendo assim aquela aparência de vitalidade que lhes imprimia, como simples reflexo de alheio brilho, o vultoso inquérito comemorativo do centenário da Independência Nacional.

A revolução de Outubro, abrindo para o Brasil uma era nova de reconstrução social e política, veio propiciar à estatística nacional o ambiente de que necessitava para reflorescer, expandir-se e frutificar. Convencido de que, sem o precioso recurso dos dados estatísticos, a um governo bem intencionado, desejoso de agir em tudo com a necessária prudência e justa compreensão das necessidades sociais, era de todo impossível melhorar a administração pública, adaptar convenientemente as instituições republicanas às realidades do mundo contemporâneo e firmar em bases sólidas o progresso da Nação, deu-se pressa o Presidente Getúlio Vargas em criar o Departamento Nacional de Estatística, reunindo, sob a mesma direção, os serviços de que então se incumbiam a Diretoria Geral de Estatística, do Ministério da Agricultura, e a Diretoria de Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda. Se, por um lado, com essa fusão inicial, procurava o Governo Provisório atender às críticas que frequentemente se faziam à multiplicidade de órgãos coletores de estatísticas, por outro lado não se descurava de outro aspecto fundamental do problema — a sistematização dos serviços em todas as repartições congêneres, federais, estaduais e municipais, de modo a uniformizá-las no Brasil. Estava lançado o germe de que, mais tarde ou mais cedo, havia de resultar a solução definitiva, racional e lógica, do problema da estatística em nosso país.

Com efeito, a 6 de Julho de 1934, "considerando a conveniência de estabelecer, de modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos de interesse geral, já existentes ou que vierem a existir nas várias esferas e dependências da administração pública ou em instituições privadas, e de fixar, bem assim, as mais favoráveis condições para o progressivo desenvolvimento técnico desses serviços", expediu ainda o Governo Provisório o decreto n.º 24.609, que, mediante a aplicação do princípio federativo aos serviços oficiais de geografia e estatística, veio dar à Nação o instrumento decisivo com que ela poderá ter a perfeita consciência dos seus destinos, dando-se conta, afinal, do que sistivamente é e do que vale.

Esse instrumento, esse órgão coletivo de observação metódica dos fenômenos sociais, esse verdadeiro termómetro da vida nacional, cujos registros periódicos são tão indispensáveis às pesquisas científicas dos sociólogos, dos moralistas, dos legisladores e homens de Estado, é — bem o sabeis — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

“Fruto da clarividência política do Presidente Getúlio Vargas e da admirável aptidão realizadora do Embaixador Macedo Soares”, como disse recentemente o ilustre Sr. M. A. Teixeira de Freitas (aliás — faça-se justiça — *magna pars*, êle próprio, na estruturação do plano e na propaganda tenaz, inteligente e persuasiva com que soube vencer todas as resistências ao encaminhamento do assunto até às altas esferas governamentais) — aí está o novo sistema em pleno funcionamento, os seus êxitos teem sido surpreendentes, os seus triunfos falam por si e, ainda agora, o aparecimento de mais um substancioso volume do *Anuário Estatístico do Brasil* e esta mesma impressionante exposição de mapas municipais atestam eloquentemente a sabedoria, a oportunidade e o alcance dos atos do poder público que produziram, tão cedo, os mais fecundos e brilhantes resultados.

Dada a natureza mesma de suas funções, relacionadas a um tempo com todos os órgãos da administração pública e atenta, ainda, à universalidade de suas pesquisas, que se estendem a todo o território nacional, desconhecendo fronteiras internas para só distinguirem a União, o Estado e o Município no parcelamento ou totalização dos elementos coligidos, reconheceu em boa hora o Governo Federal que falharia o Instituto à sua importante missão se continuasse, como a antiga Diretoria Geral ou o Departamento em que esta se transformara, administrativamente subordinado a um dos Ministérios em que se ramifica o Poder Executivo; e, a exemplo do que fizeram a Itália e o Japão, com a sua longa e autorizada experiência dos serviços estatísticos, constituiu-o, desde logo, órgão autônomo, sem outra dependência imediata que a do próprio Chefe da Nação.

Com a co-existência de serviços especializados, incumbidos de tratar de modo particular um ou outro ramo da matéria apreciada em seu conjunto pelo laboratório central das estatísticas, a autonomia que se lhe conferiu foi — não há negar — a vitória do sistema.

Se a função centralizadora, como dizia o já citado Oziel Rêgo, tratando-se de estatística, é de tal maneira necessária que ou faz criar um órgão especial e privativo, ou se apropria de algum já existente, embora instituído para fim diverso, — e assim nos mostra à evidência o frisante exemplo de quasi todos os povos civilizados, a faculdade de poder agir sem peias burocráticas, sem a procrastinação que invalida a rápida execução e a pronta divulgação dos inquéritos estatísticos, foi a chave verdadeiramente prodigiosa que abriu à estatística os novos e amplos horizontes em que hoje se alargam as possibilidades do seu desenvolvimento e mais se avivam as esperanças da sua constante melhoria no futuro.

Do eminente brasileiro que tão sabiamente lhe dirige os destinos, ouvireis daqui a pouco o relato expressivo dos enormes serviços que, já em tão curto prazo, pôde prestar à Nação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Fazendo-se representar nesta solenidade, quis apenas a Sociedade Brasileira de Estatística — e foi essa a incumbência com que me honrou — manifestar o orgulho de que se sente possuída, como corporação filial do grande Instituto, seu benemérito patrono, por vê-lo atingir à altura a que chegou, cercado do prestígio e da autoridade com que, pelo desempenho cabal de sua elevada missão, se vem impondo dia a dia, e cada vez mais, à gratidão nacional.

DISCURSO DO PROFESSOR LICÍNIO DE ALMEIDA

Senhor Ministro Tavares Bastos :

Aquí viestes, trazendo-nos, nos encantamentos da vossa palavra de fraternidade, as animadoras saudações da Sociedade Brasileira de Estatística.

Elas nos chegam cheias de notas de alegrias e incentiva-nos para lutas mais acesas, quiçá mais fecundas e eficazes.

Nós as recebemos, porém, plasmados, em matéria melhor acrisolada, ungidas de uma expressão muito mais alta, de máxima reverência, muito grata aos nossos sentimentos do mais alto respeito, da mais profunda veneração, do preito mais nobre de justiça.

E assim é, porque elas nos relembram aquí a coragem serena de um herói; elas como que falam do ânimo inflexível de um asceta ou traduzem a contemplação estóica, firme e reverente de um místico. Êsse místico teve a fé com que se iluminam as estradas da vitória; êsse asceta viu e sentiu esplender ao sol das verdades supremas a realização dos seus alevantados ideais; êsse herói venceu as tremendas resistências da luta e viu realidades os sonhos dourados da sua vida de esforços.

Pronunciar-lhe o nome, aquí, por tudo quanto fez, por todo o patriotismo que estimulou, por todo o trabalho fecundo que produziu é quasi que pros-ternar-se o próprio espírito, com profunda reverência, diante da 'memória augusta de um apóstolo.

Êsse apóstolo, Senhores, foi Bulhões Carvalho.

Deu à Estatística uma vida ininterrupta de inquebrantáveis, de inflexíveis energias; deu, aos que lhe seguem os ensinamentos fecundos, o estoicismo de uma coragem contagiante; deu à Pátria exemplos imperecíveis da mais nobre dedicação, do mais elevado civismo.

Recebei, portanto, o penhor do nosso reconhecimento.

Meus Senhores :

Como vêdes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao invés de engalanar-se e de em notas alacres memorar a sua data maior, preferiu, à guisa de uma prestação de contas, trazer ao eminente Chefe do Estado os resultados da elevada missão que lhe cometera.

Aí os tendes, Senhores. São verdadeiros lábaros que se agitam. Vieram trazidos até aqui por uma mentalidade nova e radiante que a todos empolgou, — por uma consciência de dever, que a todos atingiu; por uma noção patriótica, que a todos fez vibrar, na esfera dos Estados como dentro das linhas dos municípios, nos impérvios e longínquos rincões, difíceis de perlustrar; como nas regiões desmatadas do litoral, fáceis de percorrer. Êles aí flabelam, e nos constantes anseios que nos trazem aos corações, são como que a palavra do Brasil, mostrando as unidades da sua grandeza, indicando os meandros por onde circula a sua vida e a gleba sagrada onde seus ideais germinam e se robustecem. E' esta grande obra a comemoração da nossa data maior. Ela pertence, porém, a V. Ex., Exm.^o Sr. Presidente da República. Por V. Ex. foi ela delineada para exato conhecimento das necessidades administrativas, por V. Ex. foi incentivada para resolver-se o angustioso problema do Brasil ignoto, por V. Ex. foi provida de meios e abastecida da coragem necessária para o êxito do empreendimento hercúleo e é, com ela, que se vão orientar os seguros rumos das diretrizes de um Brasil maior dentro dos próprios limites da sua imensurável grandeza.

Receba-a V. Ex., que ela é o próprio penhor do Brasil agradecido.

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

A 29 de Maio de 1936 instalava-se solenemente, nesta Capital, a nova entidade autárquica que em hora de feliz inspiração o Presidente Getúlio Vargas criara com o nome de Instituto Nacional de Estatística, e agora denominada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Naquele mesmo dia, o seu benemérito fundador, depois de colocá-lo ao lado da Secretaria da Presidência da República, no próprio Palácio do Catete, e confiando-lhe a direção ao titular da pasta do Exterior, declarou que lhe dava, assim, a sua “Casa e o seu Ministro”. E que ela lhe proporcionaria, tão cedo quanto possível, — assim o esperava — os esclarecimentos necessários afim de que o Governo pudesse, com segurança, “fazer o Brasil maior e melhor”.

Frase que exprime clara e segura compreensão do papel proeminente da estatística na civilização hodierna. Palavras que contêm aquele mesmo imperativo categórico que o Instituto Central de Estatística da Itália recebeu do seu genial fundador, responsável por uma obra política, — controvertida, é certo — mas que há de ser colocada sem favor entre as de maior amplitude e complexidade nos tempos modernos: “Constituir-se um instrumento da ação do Governo — no presente e no futuro”. Conceito, ainda, que equivale, no seu sentido profundo, ao que formulou o Presidente Garfield, então à frente da República Norte Americana, por ocasião do 9.º Censo dos Estados Unidos quando pronunciou estas justas e expressivas palavras:

“O desenvolvimento da estatística obrigou os historiadores a reconstruir o passado, em moldes diferentes daqueles por que o vinham fazendo. Sempre consideraram o homem segundo o ponto de vista da gestão dos príncipes, das dinastias, dos regimes, das batalhas. Da massa social, da sua vida, do seu desenvolvimento, da sua força, dos seus elementos e das suas leis, — a história pouco ou nada disse.

“A pesquisa estatística penetra agora nas casas, nas indústrias, nas minas, nos campos, nas prisões, nos hospitais, em toda parte enfim onde a natureza humana manifestou sua insuficiência ou a sua potencialidade. Nesta exploração o estatístico descobre a origem da grandeza e da decadência das nações, e assim se transfigura em profeta da sua geração.”

Ora, quatro anos são decorridos neste momento, a partir daquela data memorável. O antigo Ministro mantém nas mãos o árduo mandato que lhe outorgara uma honrosa confiança pessoal. E o Instituto, pela subordinação em que se conservou, ligado diretamente à Chefia do Governo, continua a ser parte integrante daquela Casa a que podemos bem chamar a “Casa do Brasil”.

Mas se permanece nessas originárias ligações com a Presidência da República, a novel e inédita instituição terá sido também fiel ao mandamento recebido?

Era preciso "crescer, criar, subir". Era preciso expandir-se, tomar contacto directo com toda a realidade brasileira, em todas as perspectivas — luminosas ou sombrias — em que se sucedem no tempo e no espaço seus quadros inumeráveis. Era mister conquistar a colaboração das forças sociais. Impunha-se-lhe prover à formação técnica das suas coortes de agentes. Urgia assentar métodos próprios, planos gerais e de detalhe, roteiros de trabalho, medidas de racionalização. E providências outras, sem conta, faziam-se necessárias para que a máquina admirável ideada pelo Presidente Vargas pudesse funcionar a pleno efeito.

Teria o Instituto, — repetimos — feito face vitoriosamente a êsses ingentes objetivos?

Sim.

Tudo se fez, mercê de Deus, a tempo e a hora. E sem que se interpusse longa expectativa até que os resultados comesçassem a aparecer.

Desde os primeiros meses de existência, o Instituto entrou a demonstrar a extraordinária fecundidade do pensamento de cooperação inter-administrativa em que se inspirara seu preclaro fundador, e ao mesmo tempo, a eficácia das medidas com que o amparava a suprema autoridade da República.

Sucediam-se rapidamente as fases de expansão e consolidação do grandioso organismo que o constituía.

Em Agosto, realiza-se a Convenção Nacional de Estatística. Em Novembro, é criado o Conselho Nacional de Estatística, que reúne no mês imediato o seu primeiro plenário. Em Março do ano seguinte, institue-se a ala geográfica sob a direção do Conselho Brasileiro de Geografia, denominado mais tarde, "Conselho Nacional de Geografia". Em primeira Assembléia Geral ordinária, funcionam os dois Conselhos, conjuntamente, em Julho do mesmo ano. Assinam-se, ainda na órbita federal, além de muitas outras medidas menores: em Maio de 1937, a criação da Comissão Censitária Nacional e do Serviço Nacional de Recenseamento; em Setembro de 1938, a criação do Serviço Gráfico do Instituto; em Outubro, ainda desse ano, a autonomia do Serviço de Coordenação Geográfica, hoje Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica; e em Junho de 1939, a organização da Divisão Técnica da Secretaria Geral do Instituto.

Na órbita dos Estados, os nossos anais registram, encadeando-se em ritmo acelerado e em movimentos que tiveram sempre compreensão nacional: primeiro, a instituição dos colégios dirigentes, — as Juntas de Estatística e os Diretórios de Geografia; depois, a criação ou remodelação dos seus departamentos centrais (não só os de estatística como os de geografia); a seguir, a instituição ou reorganização dos órgãos especializados necessários, tais como os serviços de estatística da educação, de estatística policial, criminal e judiciária, de bio-estatística. No plano municipal, engrenado nos sistemas regionais, ocorre a simultânea e paralela criação das duas séries de órgãos de ação local — as agências municipais de estatística e os diretórios municipais de geografia, — várias daquelas, nas Capitais estaduais, constituindo departamentos. E já agora, vemos em todo seu imponente desenvolvimento, o aparelho censitário, com seu órgão central na Capital da República e suas Delegacias Regionais, Seccionais e Municipais, constituindo uma rede admiravelmente unificada a cobrir em densa e sólida trama todo o território pátrio.

Mas enquanto assim se desenvolvia e consolidava o grande organismo federativo do Instituto, começavam, de outro lado, a amadurecer os frutos do seu labor.

Ainda em Dezembro de 1936, duas realizações marcantes. Com o aparecimento do *Anuário Estatístico do Brasil* desse ano, dava-se continuidade à série de edições dessa publicação, de alcance tão fundamental, que ficou o Brasil devendo ao patriotismo, à clarividência e à tenacidade admiráveis daquele cujo desaparecimento hoje choramos — Dr. Bulhões Carvalho — o “Fundador da Estatística Geral Brasileira”. E na mesma ocasião, achando-se reunida a 1.^a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, inaugurava-se no Instituto de Educação a memorável Exposição Nacional de Educação e Estatística, organizada pelo Instituto tendo como colaboradora a benemérita Associação Brasileira de Educação. Segue-se a divulgação do *Anuário* de 1937, acompanhado da série já agora completa das suas separatas regionais. Vem ainda o pequeno resumo da estatística brasileira em esperanto, a que ficamos devendo uma das mais úteis propagandas do Brasil em todo o mundo.

Começam-se ao mesmo tempo os trabalhos geográficos. E sucedem-se de perto as primeiras providências relativas à realização do Recenseamento Geral de 1940, a quinta operação brasileira desse gênero.

Em síntese, contemplamos neste momento um panorama admirável de realizações. Mas realizações, não somente no terreno técnico, senão também no social, e ainda no próprio campo administrativo e político, tal como logicamente deve estar na finalidade dos órgãos de estatística no Estado moderno.

O Instituto, pela ação conjunta dos seus dois Conselhos, promoveu, orientou e controlou a campanha da revisão dos quadros territoriais brasileiros, lançada pela lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, a que se chamou com justeza a “Lei Geográfica do Estado Novo”.

Êxito integral. Desapareceram as anomalias, as incoerências, as aberrações, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República no que interessa à divisão judiciária e administrativa. Não mais limites imprecisos ou indefinidos, conformações absurdas, toponímias confusas, categorias sem expressão ou de significado variável, nem circunscrições acéfalas ou sedes fora de suas circunscrições. Acabaram-se também os casos de município envolvido por outro, bem assim, de modo geral, as ocorrências de unidades formadas por dois ou mais trechos de território não contíguo. Por um equívoco, que o Governo do Estado já reconheceu, e está procurando corrigir, apenas subsiste neste momento um caso único — no Brasil inteiro — de circunscrição com território não contínuo, — a comarca de Floriano, Estado do Piauí, cuja constituição se contrapõe ao estabelecido no art. 6, da lei n.º 311. Reparado este erro, — o que não tardará, certamente, — estará a divisão territorial brasileira integralmente conformada a estes cânones da lei n.º 311: discriminação racional do território; limites verificáveis e verificados; categorias definidas e hierarquizadas; identidade de nomes entre as circunscrições e suas sedes; delimitação expressa, e segundo critério uniforme, das áreas urbanas e suburbanas das cidades e vilas; correspondência e articulação entre os quadros administrativos e judiciários; univocidade de nomenclatura entre as várias categorias de circunscrições territoriais; e simplificação e espírito de sistema nas designações toponímicas.

E sobre a base desse quadro assim racionalizado, e pela primeira vez — veja-se bem, pela primeira vez — conhecido com segurança na sua real situação no momento; — sobre este fundamento seguro é que se estão desenvolvendo solidariamente duas grandiosas campanhas do Instituto.

A primeira é a do exato conhecimento da terra, através do levantamento cartográfico do país. Esse levantamento está se processando por etapas sucessivas e bem ordenadas, a saber: o preparo dos mapas dos municípios, já concluído; a determinação das coordenadas das sedes municipais, que já nos deu a posição de cerca de cem cidades brasileiras; a medida das altitudes, que se fará quanto às localidades e quanto aos pontos mais importantes; a sistematização normativa da cartografia brasileira, em vias de generalização; e, em desenvolvimento regular, a coligenda das efemérides geográficas, a elaboração do dicionário toponímico e o preparo de edição atualizada da Carta Geral do Brasil.

Mas se a primeira campanha logra tal alcance e tamanha extensão, o segundo dos citados empreendimentos fundamentais não tem menor relevo. Trata-se do conhecimento atual da Gente Brasileira, mediante fotografia fiel, — verdadeiro “retrato de corpo inteiro” — que nos vai dar a grande operação censitária deste ano. Para tanto, a competente máquina já foi completamente montada. Está conseguido também o preparo da opinião pública para bem receber as suas indagações. E a planificação das pesquisas, — em que se enquadram, além de inquéritos complementares diversos, os campos dos chamados “Sete Censos”, — já se acha concluída.

População; agricultura e pecuária; comércio e indústria; prestação de serviços — coletivos e pessoais; comunicações e transportes; e ainda as instituições de beneficência, assistência, previdência, educação, cultura, religião; — eis os grandes sectores da investigação censal deste ano, numa extensão, profundidade e simultaneidade inéditas, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

A par disso, foram lançadas a fundo e normalizadas, no seu desenvolvimento, as perquirições estatísticas de caráter permanente. Por meio delas preparam-se aquelas campanhas básicas a que acabamos de aludir, enquanto que, por sua vez, o seu prosseguimento se vai apoiar solidamente nos resultados destas, conseguindo a título definitivo dois objetivos até agora precariamente atingidos.

O relacionamento dos valores estatísticos apurados em cada circunscrição com o correspondente elemento de comparação especial — a área territorial, — é um desses objetivos. Constitue o outro o controle das estimativas anuais da população e da produção por intermédio das séries de dados que exprimem os aspectos de ponderação e progressão, deduzidos dos algarismos censitários no seu variado e complexo inter-relacionamento.

Mas não é só. Essas iniciativas — tão diferenciadas, tão penetrantes na vida nacional, de uma repercussão cultural tão acentuada em virtude do seu próprio desenvolvimento e continuação; essas iniciativas, já em si mesmas tão influentes pela maneira prudente, adequada, pertinaz, educativa, por que se exercem, e tão valiosas pelo acervo de revelações que lhes fica devendo o país no que respeita às suas próprias realidades; essas iniciativas — repetimos — não se satisfazem ainda com a significação que normalmente assumem em face do progresso nacional. E' que vão naturalmente muito mais longe. Proclamam e interpretam perante a Nação os segredos que os algarismos revelam. O sentido das cifras, através de relações, de índices, de esquemas e gráficos, é colocado ao alcance de todos, em forma leve, clara e sugestiva. Os grandes ajustamentos que os números reclamam, e as medidas que aconselham, e as campanhas que sugerem, são adequadamente focalizados, sob luz imparcial e serena, que oferece a cada cidadão a possibilidade de um julgamento completo e

desapaixonado sobre as conquistas da civilização brasileira, sobre os seus problemas, sobre suas necessidades e possibilidades.

Poucos exemplos bastam.

O caso da revisão territorial, em primeiro lugar. Colocado o problema com inteira objetividade, a consciência nacional alarmou-se ante a profunda e generalizada anarquia que reinava num dos planos fundamentais da vida do país. E assim impressionada, não lhes foi difícil aderir às medidas sugeridas para afastar o sombrio quadro vigente, sem embargo do alcance radical e quasi desmedido dessas providências, — tão singelas, tão bem distribuídas no tempo e no espaço, tão lógicas e simultaneamente tão flexíveis eram as linhas do esquema que consubstanciou a nova ordenação deliberada pelo Governo da República. E se, com isto, um formidável problema de organização nacional encontrou suave e completa solução, outra consequência sobreviria. O espírito público compreendeu em toda a sua extensão o alcance econômico, social, administrativo e político da distribuição racional e equitativa do território entre as circunscrições que nucleiam e emolduram a vida da República. E em virtude da nova mentalidade daí decorrente, certo já estarão quasi desvanecidos os preconceitos e os juízos errôneos que impediam a Nação de encarar de ânimo resolutivo e visão desprevenida o problema de equilíbrio, de justiça e de harmonia, — problema tão fundamental para os destinos históricos da Pátria Brasileira, — qual se lhe apresenta, sem dúvida possível, o da revisão do seu quadro político.

Um segundo exemplo da influência político-administrativa do Instituto podemos encontrar no claro estado de consciência que a estatística nacional já criou, em todo o país, relativamente à criação ou remodelação racional dos registros públicos, de que possa resultar, pelo exato conhecimento, a direção segura dos fatores que condicionam a expansão rápida e equilibrada da vida brasileira. Assim está acontecendo com o registro civil; e ainda com o registro das indústrias, os registros contabilísticos das finanças públicas, os registros profissionais, etc. etc.

Ainda um terceiro exemplo daquele salutar influxo: a Resolução n.º 127, do Conselho Nacional de Estatística. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dera o Chefe da Nação a incumbência de formular sugestões para a lei de amparo à família. E não tardou que, por aquele ato, de um dos seus Colégios dirigentes, ficassem ordenadas claras diretrizes de uma larga e racional política de assistência à economia familiar. Mas, tal a flexibilidade das fórmulas propostas, tão objetivamente ficaram traçados os termos do problema social, tão prudentes e conciliatórias as medidas lembradas para a melhoria da condição dos trabalhadores, — que o esquema sugerido, no seu conteúdo e na sua forma, não sofreu até hoje a menor objeção, vinda de onde quer que fôsse. Pelo contrário, o pronunciamento do Instituto encontrou ambiente de franca e compreensiva simpatia no seio de todas as classes e grupos, merecendo, mesmo, o mais expressivo aplauso do preclaro episcopado brasileiro, que bem soube ver a nenhuma incompatibilidade entre o roteiro traçado pelo Conselho Nacional de Estatística para a obra brasileira de providência social, de um lado, e do outro, a sábia, humanitária e prudente doutrina da Igreja Católica.

O que prova que semelhante reforma, de alcance equivalente ao de avançados programas revolucionários, mas de tranqüila e pacífica realização, já está firmemente delineada no Brasil. Já é mesmo uma idéia em marcha vitoriosa, amparada pela opinião pública, graças à forma de que se pôde revestir sob a inspiração da viva realidade nacional, conforme as lições que o aparelho estatístico brasileiro soube extrair das suas observações sociais e dos seus levantamentos numéricos.

Esses exemplos bastam, dispensando referências às iniciativas do Instituto em prol de objetivos outros, quais, por exemplo: o prevalecimento prático do sistema métrico decimal; a vulgarização do uso, no país, do idioma auxiliar internacional; a racionalização do sistema ortográfico do idioma nacional, facilitando-lhe a aprendizagem e correto uso; o solucionamento e a especialização, em alto nível, dos servidores do Estado; a adoção de uma larga e arejada política de educação popular; o encaminhamento da divisão departamental (consórcios de municípios), tendo em vista revitalizar a órbita política municipal; a formação dos sistemas de cooperação inter-administrativa, para resolver sob o ponto de vista nacional e de forma definitiva aqueles problemas de base que ainda desafiavam em conjunto as nossas três esferas governativas — os do fomento agrícola, da integração da rede rodoviária, da assistência médico-sanitária e da suficiente difusão do ensino primário e profissional.

Outra circunstância ainda merece ser lembrada aqui, para deixar bem assinalado esse aspecto superior das atividades estatísticas, tão admiravelmente compreendidas pelo Governo da República quando deliberou virtualizá-las, enfeixando-as no sistema federativo deste Instituto. Refiro-me ao melhor conhecimento e julgamento do Brasil no Exterior. Através do intercâmbio intenso que o Instituto vem mantendo com as repartições estatísticas, institutos científicos e culturais, — entre os quais, sobretudo, as Universidades, — copioso material informativo sobre o país está hoje ao alcance dos estudiosos em numerosíssimos centros no estrangeiro. Devido a esse movimento, que tem levado a todas as partes do mundo notícias detalhadas sobre a estrutura e o funcionamento do sistema geográfico-estatístico brasileiro, demonstrações de admiração e de apreço temos merecido de ilustres técnicos e cientistas, que realçam calorosamente a originalidade e a eficiência do pensamento político que está orientando a nossa corajosa experiência. Dentre essas manifestações sobressai, pelo seu significado e repercussão, o honroso pronunciamento com que o 8.º Congresso Científico Americano, realizado este mês em Washington, distinguiu o Brasil.

E, como divulgação mais larga dos aspectos principais da vida brasileira, registram-se duas publicações de grande repercussão. Uma é o opúsculo em esperanto, anteriormente referido, e já em 2.ª edição. O Instituto o tem liberalmente distribuído, ora por intermédio das associações esperantistas do mundo inteiro, ora em virtude de solicitação direta de cidadãos de todas as nações, informados dessa nova iniciativa pelas revistas que servem à causa do Idioma Universal. A outra é o *Brazil* — nova edição para 1938, em inglês, do utilíssimo repertório de informações sobre o país, que o Ministério do Exterior vinha organizando e cujo último número tivera o seu preparo confiado ao Instituto.

Eis aí, meus Senhores, em rapidíssima resenha, o que foram a expansão acelerada e as repercussões culturais do sistema estatístico-geográfico brasileiro, no breve transcurso de um quadriênio.

Creio que esta exposição terá sido bastante objetiva para dar a todos os que me ouvem a certeza de uma realidade magnífica.

Mas, neste recinto está o Brasil presente, na mais completa representação cartográfica e numérica ainda conseguida, para testemunhar irrecusavelmente — ele próprio — que os fatos referidos são conquistas definitivas da civilização pátria.

Aquí, neste primeiro sector, vêem-se, ao lado do primeiro número do *Anuário do Brasil*, de 1912 a 1916, as suas três edições sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Estatística, a última das quais saída do prelo neste momento mesmo. E' um documentário riquíssimo da evolução brasileira. No *Anuário* propriamente dito, a síntese, pelas Unidades Políticas, de todas as pulsações, de todas as ritmadas manifestações de progresso da vida da República, com ilustrações retrospectivas e de comparação internacional, — além de esquemas diversos sobre as normas legislativas referentes ao Instituto, sua estrutura, seu programa. Nas suas separatas regionais, o desdobramento e o enriquecimento d'esses números, com ilustrações adequadas, obtendo-se um quadro extraordinariamente minucioso e de fisionomia uniforme, sobre a vida de cada uma das Unidades da Federação. E em publicações especiais: aquí, — sínteses expressivas da vida da gente brasileira, como o é a própria *Sinopse do Brasil*, separata do *Anuário* de 1938, em português e inglês (também agora aparecida), e ainda o volume ilustrado *Brazil—1938*, em inglês, e o *Resumo Estatístico* em esperanto, cuja significação já ficou esclarecida; ali, — os Relatórios da Presidência do Instituto e os volumes da legislação que lhe diz respeito e das Resoluções dos seus Conselhos dirigentes; acolá, — publicações especializadas, umas de natureza estatístico-geográfica (destacando-se, dentre estas, a monografia do município de Santa Teresa), outras de natureza técnica (como o estudo sobre a estatística da produção), outras mais de finalidades administrativa, como o volume — *Divisão Territorial do Brasil*, que nesta data se começa a distribuir; e outras ainda de vulgarização da obra cultural do Instituto (palestras, cursos, conferências, etc.), além da *Revista Brasileira de Geografia* (5 números) e da *Revista Brasileira de Estatística* (o 1.º número).

Segue-se o mostruário do Serviço Nacional de Recenseamento. No exame dos seus elementos apreende-se de pronto o plano extraordinariamente desdobrado das pesquisas em preparo. Vê-se, ainda, o desenvolvimento do aparelho censitário, com o seu órgão central no Rio de Janeiro, e a ramificação em cada Unidade Política, em cada grupo seccional de municípios, em cada municipalidade, para atingir um a um os distritos brasileiros, e nestes a totalidade dos habitantes e dos seus estabelecimentos agro-pecuários, industriais, comerciais, de serviços, de transportes e comunicações, de ação social ou cultural. Observa-se também, em seus menores detalhes, o labor dessa máquina gigantesca, no preparo das fórmulas censitárias, no seu acondicionamento, na sua distribuição. E já em esboço, através de elaborações preliminares, as fainas de crítica, de tabulação e de exposição dos resultados, sem falar nas atividades administrativas e publicitárias que lhe completam o funcionamento.

Vemos, finalmente, o terceiro e o mais amplo sector dessa expressiva revista de mostra — o sector geográfico, — que está constituindo a 1.ª Exposição Nacional de Mapas Municipais, cuja inauguração, neste ano, dá marcante significado histórico à comemoração votiva do 4.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Faça-se aí a chamada dos 1.574 municípios brasileiros, e cada qual, do seu "stand", responderá: "Presente". E indague-se então de qualquer deles, ao acaso, — pobre ou rico, grande ou pequeno, populoso ou mal povoado, longínquo ou próximo, — que contribuição nos trouxe ou nos está trazendo para essa formidável revelação do Brasil. E esse município, seja ele qual for, suponhamos o menor, ou o mais remoto, ou o de mais parcos recursos, — fará esta singela declaração, que profundamente comove o nosso patriotismo:

"Apresento minha imagem cartográfica, a mais perfeita que as circunstâncias me permitiram. Aí está minha hidrografia, com o relêvo do meu solo.

Aí se vê a rede dos meus povoados e dos meus meios de comunicação; e também a minha subdivisão distrital, indicados os contornos perfeitos dos respectivos territórios. Trago ainda a planta da cidade em que o meu Governo tem sede e de cada uma das vilas que encabeçam meus distritos. Em todas essas plantas estão delimitadas as áreas urbanas e as suburbanas. A minha área territorial, no seu total e nas suas distribuições diversas, está revista ou em via de o ser. Trago mais algumas vistas características da minha fisionomia, quer urbana, quer rural, nos aspectos naturais e nos que a mão do homem criou, no seu esforço incansável de civilização. E apresento igualmente o texto descritivo dos seus limites e um breve relato do que foi o milagre de vontade e patriotismo que, no lapso curtíssimo de um ano e meio, depois de me dar estabilidade, divisão racional e sistematização de hierarquia e toponímia, me deu ainda a indumentária civilizada com que compareço a êste comício, — que parece silencioso e, contudo, grita bem alto a capacidade realizadora da Nação Brasileira”.

E o mesmo município acrescentará: “Além de tudo isso, os meus números, expressos ou englobados nos totais do Estado a que pertencço, estão, todos, nas publicações do Instituto, a revelar realizações, lutas, necessidades e, sobretudo, as grandes cousas que o Brasil precisa e deve fazer, para benefício dele e de cada uma de nós — municipalidades brasileiras, suas células matrizes. Venho labutando, no afã de melhorar dia a dia a minha agência de estatística, a colaboradora dedicada da grande campanha que quer dar ao Brasil a integral visão de si mesmo. E empenho toda a minha boa vontade e todos os meus recursos para que a operação censitária possa em Setembro revelar o que não cabe na órbita dos inquéritos anuais”.

Eis, aí, meus Senhores, nessa voz anônima, que se ergueu, a voz do próprio Brasil. Depois do que ouvistes e diante disto, bem sentis, bem haveis de compreender o que tem sido o lidar fecundo e sem trégua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aí estão suas surpreendentes realizações. Tendes aqui, materializados, os frutos das suas campanhas. Ouvireis, interpellando um a um os municípios da grande Pátria Brasileira, a que ides passar revista dentro em pouco, o alcance e o valor do esforço que a Nação está fazendo para se conhecer a si mesma. E o vosso patriotismo exultará...

Até aqui, o nosso ato de consciência. Êle nos diz que o Instituto não faltou a sua missão. Pelo contrário. Cumpriu galhardamente o seu dever, honrando a confiança que nele depositou o Chefe da Nação, correspondendo à expectativa do Povo Brasileiro.

Mas precisamos fazer também o nosso ato de propósito. E êste será brevíssimo, porque preferimos que, em lugar de promessas, falem os fatos.

Queremos, apenas, afirmar que o nosso esforço “não esmorecerá, para não desmerecer”.

A campanha geográfica vai prosseguir nas suas subseqüentes etapas, que nos darão a nova cartografia geral do Brasil, e os mapas dos Estados, e as

Efemérides Geográficas Brasileiras, e o Dicionário Toponímico, e o Atlas Estatístico-Corográfico dos Municípios.

A campanha censitária terá normal desenvolvimento, oferecendo ao país os seus Sete Censos e as monografias ilustrativas que o plano da operação fixou, tal qual se vê indicado em expressivo esquema do respectivo mostruário.

E a campanha estatística continuará, com intensidade e profundidade crescentes, revelando com segurança cada vez maior e compreensão constantemente alargada os aspectos essenciais da vida brasileira e as possibilidades do seu progresso.

Mas o Instituto continuará também a tirar dos seus números, dos seus gráficos e dos seus mapas as lições que eles contiverem, para oferecê-los lealmente à Nação e ao seu Governo, na forma que mais facilite a sua apreensão e os ajustamentos que sugerirem.

Prosseguirá igualmente a divulgação das cousas do Brasil, tanto no exterior como também no interior, mantendo o intercâmbio e a cooperação que já estabeleceu com as instituições culturais, e especialmente as educativas, pelas quais distribue abundante e adequado material informativo.

Três objetivos máximos, porém, se lhe oferecem.

O primeiro — e o mais próximo — é o IX Congresso Brasileiro de Geografia, a reunir-se em Setembro na cidade de Florianópolis. A iniciativa dêse grande certame cabe à operosa Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, achando-se à testa da sua Comissão Executiva o Ministro Bernardino José de Sousa, cuja extraordinária capacidade realizadora, a par de um devotamento ilimitado, oferece ao Conclave o penhor de um êxito magnífico. O Instituto, pelas suas três alas, coordenado o seu concurso pelo Conselho Nacional de Geografia, traduzirá a sua adesão ao Congresso numa colaboração desdobrada e eficaz, visando enriquecer ao máximo suas virtualidades como instrumento, a um só tempo, de difusão e solidariedade cultural, de estímulo e coordenação do trabalho científico e do melhor conhecimento do Brasil.

O preparo da Exposição de Educação e Estatística de Goiânia, é o segundo dos nossos maiores objetivos atuais. Esse grande certame realizar-se-á provavelmente em Junho de 1941, promovido pelo Instituto sob os auspícios do Governo do Estado e solidariamente com a Associação Brasileira de Educação, ao ensêjo da cerimonia inaugural da nova capital de Goiaz.

Comemorar-se-á assim, condignamente, a grandiosa realização do espírito bandeirante dos brasileiros, que está colocando no coração do Brasil a grande e moderna *urbs* que lhe faltava, e que a mentalidade privilegiada de um jovem estadista se dedicou com insuperável decisão a realizar, — destinando-a a ser um foco poderoso de irradiação civilizadora. E o Congresso de Educação, que, a esse ensêjo se reunirá em a nova metrópole, terá como "leitmotiv" do seu programa o estudo dos nossos problemas de educação sob esse aspecto de força integradora da unidade e da grandeza nacional, pela preparação eficiente e harmoniosamente diferenciada do homem brasileiro para os seus vários destinos, nos diversificados *habitats* que o território pátrio lhe oferece.

A terceira realização máxima em que se vão concentrar nossos esforços é a construção da sede do Instituto. E havemos de conseguí-la à altura dos nossos objetivos. Pretendemos erigi-la com o concurso de todos os brasileiros. Por isso mesmo, desejamos que o sacrifício que esse edifício magnífico vai exigir sirva à coletividade da melhor maneira possível. Queremos que essa obra d'arte

arquitetônica seja um ornamento da cidade e se torne também uma como “sala de visitas” da cultura brasileira.

Para tanto o edifício se destinará, não só a acolher os colégios dirigentes do Instituto e seus Órgãos Executivos Centrais, mas, ainda, um grupo numeroso das mais expressivas instituições culturais de âmbito nacional, até agora mal e dispersamente instaladas. E, assim, nessa colmeia admirável, que será o Silogeu Brasileiro, se instalarão, além da Geografia e da Estatística: — o Direito e a Medicina; a Literatura, o Teatro e as Belas Artes; a História e a Ciência; a Educação e a Religião; a Imprensa, a Cinematografia, a Radiodifusão, — numa palavra, todas as forças espirituais da Nação. A par disso, a monumental construção abrigará algumas das repartições federais de mais elevada significação cultural, que ainda não tenham sede adequada. E nela o Instituto manterá, conjugadamente, a Exposição Permanente de Educação e Cultura e o Planetário “Cruzeiro do Sul”, ambos com finalidade educativa, de recreio e de instrução popular.

Bem vejo que espanta a audácia do nosso programa. Mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ama as grandes emprêsas, e se dedica a realizá-las, tendo nas mãos uma vara de condão, que move virtudes mágicas, — as virtudes da mútua compreensão entre os homens e da conjugação, cordial e harmoniosa, de propósitos, inteligências e sentimentos, visando conquistas superiores do espírito.

Para terminar, meus Senhores, rende o Instituto o seu preito de gratidão a todos os cidadãos, a todas as instituições, a todos os Governos que o teem ajudado a levar adiante seus audaciosos cometimentos.

Entretanto, a justiça ergue a sua voz para nos exigir algo mais. E cumpre atendê-la.

Neste grato ensêjo, — é-nos imperativo do coração e da consciência, — rendamos, de pé, numa vibrante salva de palmas, comovida homenagem ao grande patrono da instituição, ao seu ínclito fundador, o Presidente Getúlio Vargas.

Sua Excelência criou o I. B. G. E. e indicou-lhe a emprêsa magnífica a que se deveria dedicar. Liberalizou-lhe os recursos, na medida que as circunstâncias permitiam. Deu-lhe a precisa liberdade de movimentos, cercou-o de prestígio. Amparou-o com suas palavras de conselho e a força da sua autoridade. E esperou confiantemente.

Creio que o Instituto correspondeu a essa confiança. Mas o seu êxito resultou das diretrizes que lhe ditou o Presidente Getúlio Vargas, — honra lhe seja! — quando nos entregou os destinos do grandioso sistema.

Repitamo-las, como fêcho de ouro destas palavras, afim de que a Nação bem compreenda o nosso milagre de eficiência:

“Espírito de cooperação, espírito de iniciativa, espírito de verdade, espírito de transigência. Numa palavra: espírito de progresso, mas sem esquecer nunca o espírito de ordem.”

A elas temos sido fiéis. Assim temos ganho belas vitórias. E esperamos muitas outras, a bem do Brasil.

HOMENAGEM À MEMÓRIA
DE BULHÕES CARVALHO



Bulhões Cavalcanti

Ó PRONUNCIAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovou a seguinte Resolução :

RESOLUÇÃO N.º 92, DE 17 DE MAIO DE 1940

Em homenagem à memória veneranda do "Fundador da Estatística Geral Brasileira", formula encarecido apêlo ao Senhor Presidente da República.

"A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o nome do Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho ocupa, na admiração, estima e reconhecimento dos profissionais da estatística no Brasil, um lugar a que nenhum outro se avanta;

considerando que à atuação daquele eminente patricio deve a estatística brasileira iniciativas, empreendimentos e realizações de mais alta relevância, muitas das quais sem precedentes na história administrativa do país;

considerando que, se foi extensa e profunda a sua atuação no campo da estatística, onde lhe coube prestar ao Brasil serviços de inestimável importância, também noutros sectores da administração nacional se exerceu a sua incansável atividade, a que sempre caracterizou o mais vivo patriotismo, integral devotamento e inexcedível capacidade realizadora;

considerando que, além das suas atividades na especialização profissional a que se consagrou, e em cujo campo se destaca, sobretudo, a notável orientação que imprimiu ao Recenseamento de 1920 e, durante anos, à tradicional Diretoria Geral de Estatística, — a obra científica e literária do insigne mestre ainda constitue vigorosa demonstração de uma mentalidade superior, cuja nobre vida pública, votada, permanentemente, ao serviço da Pátria, se afirmou sempre um modelo de probidade e retidão;

considerando que um alto pensamento de justiça inspirou a Assembléia Geral dêste Conselho, ao conferir solenemente ao Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho o titulo de — "Fundador da Estatística Geral Brasileira" — reconhecendo-lhe, por essa forma a extraordinária benemerência técnica e traduzindo, nessa expressiva deliberação, os sentimentos de veneração e culto da família estatística brasileira pela preclara figura do seu grande patrono, — tanto mais quanto, em várias oportunidades e com impressionante intuição, o eminente e saudoso patricio definiu e pregou, como solução ideal para os problemas estatísticos do país, normas e diretrizes que, inspiradas no mesmo largo espirito de cooperação inter-administrativa, quasi se confundem inteiramente

com as que prevalecem, a título efetivo, nesse importante sector de nossa estrutura política, desde a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que a vida particular do Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, consagrada, de cedo, ao trabalho e à virtude, foi outro exemplo admirável de nobreza e elevação moral, do que é prova edificante o devotamento e solicitude com que, sem poupar esforços nem sacrifícios, mesmo os de bem-estar e de saúde, se atribuiu a responsabilidade da educação de quatro sobrinhos órfãos — filhos do Dr. João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, brasileiro igualmente ilustre, benemérito e erudito, a quem deve o país assinalados serviços, tanto na magistratura como na política e ainda no magistério e na administração e de quem se disse que, “monge do direito, faria honra a qualquer das universidades estrangeiras, como fez à nossa”;

considerando que a essa nobre tarefa devotou o Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho toda a magnanimidade de seu espírito privilegiado, fazendo dos descendentes do irmão desaparecido, e também órfãos de mãe, os filhos que não teve, — pela firmeza com que se entregou à formação de sua personalidade e pelo desvêlo com que lhes deu permanente assistência material e moral a ponto de, cessada embora a tutela que exercia, permanecerem, eles, gratos e felizes, na companhia daquele que lhes assegurara um segundo lar;

considerando que, através de existência morigerada e austera, constituiu uma das preocupações de seu espírito a formação do pequeno patrimônio que, com a sua morte, viria a caber àqueles por cujo destino sempre demonstrou um interesse de pai;

considerando que há testemunhos públicos e irrecusáveis do que acima se afirma, inclusive expressivo artigo, publicado no “Jornal do Comércio” desta Capital, edição de 21 de Fevereiro de 1937, no qual o próprio Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, referindo a solene promessa que fizera ao irmão moribundo de que, se “perdessem os sobrinhos o amparo de seu bondoso progenitor, seria para eles um segundo pai”, — deixa plenamente evidenciados os sentimentos que sempre o moveram, em relação àqueles parentes, aos quais considerava, por todos os títulos, seus herdeiros necessários;

considerando, porém, que o decreto-lei número 1.907, de 26 de Dezembro de 1939, dispõe que, além dos casos previstos no Código Civil, é considerada jacente a herança se o falecido tiver sido solteiro ou viúvo e não houver deixado testamento nem ascendente, descendente ou irmãos herdeiros e sobreviventes, notoriamente conhecidos, — deferindo-se os bens à União uma vez declarada a vacância;

considerando que, colhido inesperada e repentinamente pela morte “em pleno vigor de sadia e prestante velhice”, três meses, apenas, após a promulgação do citado decreto-lei, não chegou o Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho a instituir os sobrinhos, em instrumento testamentário hábil e bastante (para o qual, entretanto, chegou a coordenar notas destinadas ao competente rascunho), herdeiros dos seus bens, direitos e obrigações, — o que seria corolário lógico de uma atitude invariavelmente mantida e de atos públicos e notórios, — dado que já não eram eles seus sucessores legítimos, “ex-vi” das novas disposições legais;

considerando que, sem perder a noção das suas funções técnicas e culturais, no quadro das nossas entidades administrativas, pode o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considerar também pertinente um seu pronunciamento em assunto da natureza do que é objeto da presente Resolução, até porque com ela se visa promover, no terreno da superior solidariedade humana, não só um merecido prêmio cívico, — ainda que póstumo, — mas também

justa homenagem à memória ilustre de dois beneméritos brasileiros, — a um dos quais deve a estatística inextinguível soma de serviços,

RESOLVE :

Artigo único — O Conselho Nacional de Estatística formula respeitoso, e encarecido apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que, como penhor de reconhecimento da Pátria a um dos seus mais dignos servidores — o Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho — seja baixado um decreto-lei em virtude do qual se outorgue aos sobrinhos daquele saudoso e eminente patrício, filhos do grande jurista brasileiro, o Dr. João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, — de memória não menos veneranda — o direito à herança pelo mesmo deixada e que seria deferida à União se não concedesse o Govêrno êsse prêmio cívico ao egrégio “Fundador da Estatística Geral Brasileira.”

Levando ao conhecimento do Govêrno o teor da Resolução n.º 92, o presidente do Instituto dirigiu ao chefe da Nação o seguinte ofício :

“Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à alta consideração de Vossa Excelência o teor da Resolução (Anexo n.º 1) em que o Conselho Nacional de Estatística, pelo órgão de sua Junta Executiva Central, formula um respeitoso e encarecido apêlo a Vossa Excelência, relativamente à herança do ilustre brasileiro Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, a quem deve a estatística, no país, os mais assinalados serviços.

2. *Os próprios termos em que se acha traduzido êsse apêlo e as considerações que o fundamentam desobrigariam esta Presidência de acentuar, perante o elevado espírito de justiça de Vossa Excelência, o quanto são, na verdade, ponderáveis as razões que levam aquele Colégio a pleitear do Govêrno a homenagem em aprêço.*

3. *Peço vênia, todavia, para assegurar a Vossa Excelência que a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está plenamente solidária com aquela iniciativa que, inspirada no objetivo de ver reconhecida e proclamada, pela mais alta autoridade da República, a benemerência de um cidadão digno e eminente, cuja memória faz jus à veneração de seus patrícios, envolve, ainda, um aspecto de compreensão e solidariedade humanas e, pela nobre expressão de que se reveste, bem merece, decerto, a benevolência e simpatia de um Govêrno sensível, como o de Vossa Excelência, ao ideal de valorização das forças morais da Nacionalidade.*

4. *Além do mais, os parentes do Dr. José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, por êle a bem dizer perfilhados e em benefício de quem pleiteia o Conselho Nacional de Estatística detira a União a respectiva herança, prestando assim a homenagem de um prêmio cívico, embora que póstumo, ao egrégio “Fundador da Estatística Geral Brasileira”, são filhos de outro não menos ilustre patrício, de memória também veneranda, ou seja o grande jurista Dr. João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, que prestou ao país, igualmente, notável fôlha de serviços, distinguindo-se, em todos os cargos que ocupou, pela inteligência, erudição e integridade de caráter.*

5. *Colocando, pois, o assunto sob a esclarecida consideração de Vossa Excelência, resta-me, apenas, oferecer ao exame e decisão do Govêrno o esboço de projeto (Anexo n.º 2) que tenho a honra de juntar ao presente.*

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de minha respeitosa estima e elevada consideração.

JOSE' CARLOS DE MACEDO SOARES

Presidente”

Atendendo ao apêlo, o Presidente da República baixou, no dia 29 de Maio de 1940, em comemoração, ainda, à passagem do 4.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o seguinte ato :

“DECRETO-LEI N.º 2.246, DE 29 DE MAIO DE 1940

Dispõe sôbre a herança de José
Luiz Saião de Bulhões Carvalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e atendendo à sugestão do “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”,

DECRETA :

Artigo Único — Fica deferida aos sobrinhos do doutor José Luiz Saião de Bulhões Carvalho, filhos do jurisconsulto João Evangelista Saião de Bulhões Carvalho, a herança deixada pelo primeiro.

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos”

IMPrensa E A EXPOSIÇÃO NACIONAL
DOS MAPAS MUNICIPAIS



UMA BOA AMOSTRA

O COMANDO único dos serviços de estatística, concentrados todos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, está começando a dar os resultados previstos.

Isto de estatística no Brasil era uma perpétua luta de números, porque faltava unidade tanto na coleta dos dados como na sua interpretação. Toda gente fazia estatística e por causa dessa multiplicidade de fontes de irradiação das verdades estatísticas, passou essa matéria a ser a mais controvertida de todas as informações oficiais.

A criação do Instituto adequado a essa especialidade dos conhecimentos humanos veio modificar o regime de pluralidade estatística e estabelecer a ordem necessária nesses arraiais onde se pratica a mais desenfreiada chicana de números, a pior de todas as chicanas.

Cada um dos especialistas defendia os seus quadros com uma convicção e uma coragem de causar inveja a certos chefes de exércitos em batalha. Era o pleno domínio da logomaquia estatística, em que todos os autores de pesquisas demonstravam estar com a razão, o que era de fazer perder a razão aos estudiosos que procuravam tirar conclusões certas no cipoal das informações divergentes, quando não contraditórias.

Quando entrou a funcionar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística uma nova claridade inundou o campo de batalha daqueles números que se guerreavam como inimigos terríveis.

E o Sr. José Carlos de Macedo Soares, com aquela vocação de paciente e pertinaz ordenador de coisas desordenadas, imprimiu ao Instituto aquele espírito de colmeia, em que a operosidade e o método preparam o mel saudável da informação segura, para que a Nação inteira se conheça e se reconheça nos reflexos da verdade e se oriente sob inspirações melhores, porque baseadas nas realidades.

O Sr. Macedo Soares (J. C.) tem uma longa fôlha de serviços ao seu país; mas nenhum terá efeitos benéficos tão duradouros como êsse de plasmar em novos moldes a organização dos nossos serviços estatísticos.

O recenseamento que se está preparando sob a dedicada orientação do

Instituto presidido pelo ilustre homem público que duas vezes foi ministro de Estado em períodos delicadíssimos de uma perigosa fase de transição, êsse recenseamento será a glória melhor e mais pura da sua carreira pública.

E de que devemos acreditar no êxito dêsse grande esforço não pode haver dúvidas, depois da inacreditável rapidez verificada na execução da obra ontem inaugurada pelo Sr. Presidente da República, relativa à cartografia celular do país.

Reunir os 1.574 mapas municipais do Brasil é tarefa que demonstra a eficiência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Só ela basta para instalar confiança nos espíritos mais pessimistas quanto aos resultados do Censo Geral, que deve espelhar a realidade nacional neste atormentado ano de 1940.

Creio neste Censo, porque o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está coordenando tecnicamente todas as suas providências. Mas creio também, porque, à frente dêsses serviços, o Sr. José Carlos de Macedo Soares representa a melhor garantia de êxito, pelo seu poder de aglutinação de todos os esforços, pela comunicatividade do seu entusiasmo de trabalhador, que trabalha pelo prazer de trabalhar, e que dá às suas horas de trabalho o valor e o significado de um ato de puro e desinteressado civismo.

O Sr. Macedo Soares oferece ainda uma garantia, que reforça decisivamente todos os demais fatores explicativos do êxito das suas empresas e dos seus empreendimentos: é um homem de sorte. E de sorte merecida, porque êle sabe dar à sua existência uma projeção de utilidade geral, que o faz um precioso colaborador da nossa organização nacional, independente de estar à testa de um Ministério.

A inspiração do bem coletivo é o móvel dos seus rumos de homem público.

Essa compreensão de um destino pessoal integrado nos deveres da comunidade confere-lhe as características de personalidade construtiva, em um país em que tantos homens públicos se manifestam avessos à idéia de construtividade.

O Recenseamento de 1940 será a grande obra básica das administrações futuras.

E o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o seu devotado presidente já ontem nos deram uma convincente amostra e um expressivo penhor do seu êxito.

BELISÁRIO DE SOUSA.

(*Jornal do Brasil*, de 30 de Maio).

O BRASIL

O SR. Presidente da República inaugurou, ante-ontem, a Exposição Nacional dos Mapas Municipais, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que ainda comemorou o quarto aniversário de sua fundação publicando o *Anuário* que condensa a marcha ascensional do país na vida política, social e econômica.

O visitante da Exposição por certo nasceu num distrito ou num município dêste vasto país. Encontrando a terra natal no seu mapa evocativo, terá presente ao espírito seus horizontes, montanhas, rios caudalosos ou regatos, as planícies ou os vales, a orla do mar ou a floresta misteriosa. Uma idéia de grandeza, de extensão, de trabalho fecundo, de paz e de felicidade surgirá ligada ao torrão de seu berço. Mas o Brasil contínuo e unido se reproduz em 1.574 municípios, os mais diversos, os mais estranhos, os mais variados — cobrindo uma área fabulosa, do Atlântico até às fraldas dos Andes, do Amazonas ao Prata.

Nunca tivemos impressão tão real, tão palpável, tão evidente da grandeza dos destinos de um país, que ainda agora pela primeira vez se reconhece e se integra na consciência geográfica do quadro de sua existência nacional.

Não falta um só mapa das 1.574 sub-divisões políticas da República. O trabalho de reconhecimento topográfico foi antecedido da fixação de limites, segundo a regra constitucional do “statuo-quo”. Numerosas anomalias de reconhecimento, contiguidade e comunicações foram felizmente sanadas. As unidades administrativas estaduais ficaram por um tempo estabilizadas, até que se complete a experiência da atual situação.

Pode-se atribuir todo o mérito do integral reconhecimento do nosso território e de sua virtual ocupação política — ao regime de poderes discricionários instalado em 10 de Novembro de 1937. Sem a concentração unitária dêsse regime e o seu efetivo poder nacional jamais teríamos realizado uma obra exclusivamente dependente da autoridade central.

A importância da obra realizada num curto lapso de tempo mostra o valor da organização e da competência técnica dos que a levaram por diante. Nada, porém, seria possível sem a legislação cominatória, a tenacidade e firmeza de orientação do Governo Federal agindo diretamente em toda a vastidão do país.

Não há dúvida que os países administrativamente descentralizados, longamente contidos nos trâmites da elaboração legislativa, peados por sentimentos e interesses políticos na ordem legal, atravessam um período de cura dietética de tais intoxicações acumuladas no funcionamento do sistema constitucional representativo. A compreensão do fenômeno já é a receita das boas e proveitosas ditaduras dos tempos normais, sendo de outra índole, facilmente compreensivas, as dos tempos anormais ou de salvação pública.

Seja como for, colhamos com satisfação um fruto sazoadado do regime. O governo do Sr. Getúlio Vargas pela primeira vez reconheceu, configurou, realizou geograficamente o Brasil. A unidade política nacional, que depende da total ocupação do território do país, é hoje um fato consumado, o que se deve principalmente à compreensão clara e à firmeza do chefe da Nação.

J. E. DE MACEDO SOARES

(*Diário Carioca*, de 31 de Maio).

O CONHECIMENTO DO BRASIL

QUALQUER observador da vida brasileira que haja acompanhado os acontecimentos dos últimos dez anos, não pode escapar à impressão de que transformações sem precedentes em qualquer outro período da nossa história veem modificando cada vez mais os aspectos múltiplos da fisionomia nacional. Não se trata do efeito de inovações e de experiências que houvessem determinado a implantação de elementos estranhos ao que constitui a essência da estrutura social, econômica e política do Brasil. Pelo contrário, o que assistimos é antes uma revelação do que já existia e que se achava, por assim dizer, abafado e comprimido pelas aluviões de coisas exóticas, artificialmente acumuladas no decurso do nosso desenvolvimento, durante o último século.

Fala-se e escreve-se muito sobre o Brasil novo e realmente é indiscutível que a Nação, tal qual ela se nos vai apresentando desde a crise revolucionária de 1930, merece semelhante qualificativo. Mas seria talvez mais rigorosamente exato dizer-se que o Brasil de hoje é o Brasil real e se nos parece novo é porque durante gerações vivemos em uma atmosfera de ilusões e de falsidades, que não nos permitia observar e compreender a autêntica realidade nacional que nos cercava. Estamos em um Brasil rejuvenescido. A Nação vai-se emancipando das camadas de artificialismos com que se ia sufocando a sua alma e obliterando os traços característicos da sua fisionomia. Começamos a viver normalmente na realidade brasileira, de que no passado só tínhamos idéia ocasionalmente em momentos de exaltação da consciência nacional.

O fenômeno que ocorre entre nós pode ser definido em uma fórmula precisa: o Brasil começa a conhecer-se a si mesmo. Esse conhecimento das próprias condições e dos elementos vitais da sua estrutura nacional e das expressões ativas do seu dinamismo realizador é que constitui o mais importante resultado da mutação política concretizada no Estado Nacional. A este devemos exclusivamente a transformação a que assistimos e que não difere na sua essência da que se tem operado em outras nações, sob a influência da mesma idéia nacional.

Foi a emancipação das cadeias com que o gênio brasileiro permanecia escravizado aos ídolos e às utopias de caducas heresias políticas que nos vai permitindo compreendermo-nos a nós mesmos, avaliarmos as nossas possibilidades e traçar com firmeza os rumos para o futuro. Em tudo isso há expressões de vontade que seriam inviáveis e mesmo inconcebíveis no ambiente deprimido da democracia liberal e que só se podem manifestar e afirmar na atmosfera sadia e estimulante dos governos autoritários. Entre as demonstrações concretas mais impressionantes do que acabo de afirmar, destaca-se significativamente o que se tem passado no sector das estatísticas.

Não é por simples coincidência que o Brasil só tenha vindo a dispor de elementos para dar o balanço da sua vida demográfica, econômica, social e cultural depois da crise que chegou ao seu epílogo lógico com a instituição do Estado Novo. Sem dúvida, a influência pessoal do Presidente Getúlio Vargas nesse terreno tem sido fator de incalculável e mesmo decisivo efeito.

A importância das boas estatísticas foi reconhecida entre nós desde meados do século passado por muitos homens de Estado. Mas o Presidente Getúlio Vargas foi no Brasil o primeiro a compreender não ser bastante manter a êsse respeito uma atitude platônica de preconceito estéril do valor das estatísticas, mas ser imprescindível organizar o que tantos reconheciam necessário, sem contudo nada fazerem para realizá-lo.

Reconhecendo o valor do esforço pessoal do Chefe da Nação, devemos, entretanto, não esquecer que o êxito do que se pode chamar a política das boas estatísticas do Presidente Getúlio Vargas exprime também a tendência característica do Brasil de hoje, no sentido de conhecer e de analisar a realidade nacional. Há dez anos o que de melhor havia nesse terreno eram aspirações e esforços de pioneiros, que procuravam interessar os homens de governo na organização do mais imprescindível serviço orientador da administração e das atividades de um país. Hoje, vencemos a etapa inicial da campanha, que parecia ter de absorver nas suas primeiras escaramuças as energias de mais de uma geração.

Com a organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e com uma série de medidas adotadas sob a inspiração daquele órgão central, estão lançadas as bases para a construção de um sistema cientificamente organizado e que permitirá ao Brasil conhecer-se a si mesmo, como já se conhecem as nações cujo progresso é em grande parte devido à metodização do trabalho e ao traçado firme das diretrizes, que boas estatísticas tornam possíveis.

Bastaria a Exposição de Mapas Municipais que acaba de ser inaugurada nesta capital, para demonstrar o que tem feito o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na execução do programa determinado pelo Presidente da República. Pela primeira vez reúnem-se em uma esplêndida demonstração cartográfica elementos informativos de todo gênero sobre os mil quinhentos e setenta e quatro municípios do Brasil. Semelhante empreendimento já bastaria para marcar o ano de 1940 com uma realização de extraordinário alcance, no sentido de tornar a Nação conciente da sua própria realidade. Mas o ano corrente será ainda assinalado por outro empreendimento de proporções muito maiores e que deverá marcar o início de um novo ciclo de racionalização da vida nacional.

O Recenseamento Geral, que, dada a orientação dos trabalhos preliminares, será coroado de êxito, representará um fato novo na nossa história. Empreendimentos análogos anteriormente realizados constituem títulos de benemerência dos que os levaram a termo e cujos nomes merecem ser honrados como os de pioneiros ilustres. Mas somente agora e devido às condições novas do ambiente político do Brasil será possível executar uma vasta obra censitária como a de Setembro próximo, com grande probabilidade de um completo sucesso. Resta apenas que cada habitante do Brasil, brasileiro nato, cidadão naturalizado ou estrangeiro, que trabalha e prospera à sombra da nossa hospitalidade, cumpra a parte que lhe cabe desempenhar nessa obra, que, interessando à Nação coletivamente, afeta também o bem estar pessoal de cada um.

AZEVEDO AMARAL

(*Correio Português*, de 31 de Maio).

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A EXPOSIÇÃO de Mapas Municipais agora inaugurada resulta de uma iniciativa do governo. Essa iniciativa é a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o Instituto já tem a seu crédito alguns outros serviços notáveis, entre os quais haveremos de incluir dentro em breve, aumentando-lhe os títulos de benemerência, o recenseamento geral do país.

E' claro que sem o apoio do Sr. Getúlio Vargas, em sua vocação animante, o Instituto não haveria progredido. Bastaria lhe faltasse uma verba, das tantas habitualmente náufragas no pélagos das contadorias, para lá empurradas pela especiosa interpretação dos créditos orçamentários, e o Instituto morreria de inanição burocrática. Mas os fatos mostram e a justiça manda assinalar no êxito do Instituto a participação decisiva de um homem: o Sr. José Carlos de Macedo Soares, em quem a paixão de servir é superior ao próprio direito de dispor de sua pessoa.

Figuro, por exemplo, o fim do mundo, com tudo isso por aí acabado e onde no entanto ainda repontasse uma vergôntea de vida: encontraríamos o Sr. José Carlos de Macedo Soares a regar a vara tenra, na esperança, digo, na certeza de vê-la florir. A Exposição de Mapas Municipais é um efeito surpreendente de sua atividade coordenadora, reunindo o esforço dos técnicos de vários departamentos oficiais que o governo lhe proporcionou, e é apenas um detalhe na imensidade da obra prometida, em parte realizada no curto espaço de quatro anos.

O Recenseamento Geral do país virá dentro de três meses; e será reatada ainda pelo Instituto, com a cooperação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a série dos Congressos Brasileiros de Geografia, manancial de estudos necessários ao complemento e ao esplendor dessa obra. Tais estudos, objetivando o conhecimento da geografia em seus diversos ramos — matemática e cartográfica, física, botânica, zoológica, humana, econômica, histórica — pertencem à tarefa ordinária das instituições culturais que se dedicam à matéria, embora não disciplinada por enquanto em perfeita sistematização das especialidades. Os Congressos Brasileiros de Geografia — compreendeu-o com acuidade o Sr. José Carlos de Macedo Soares — são como estuários de um trabalho por vezes ignorado, estímulo à sustentação de teses e, pois, à melhor penetração das inteligências nos múltiplos problemas da investigação, da crítica e do pensamento.

No programa do Congresso, o nono, que se vai reunir em Florianópolis figuram as questões da carta geográfica, corográfica e topográfica, bem como da faixa marítima; das águas continentais ou bacias fluviais e lacustres; do relevo brasileiro, com seus tipos dominantes e sugestões para uma classificação orográfica; das variantes de clima e sua qualificação — as questões, em suma, de todo o levantamento cartográfico do país a que se refere o Sr. José

Carlos de Macedo Soares como um dos dois anéis do Instituto, após o Recenseamento.

Não menos importantes serão as indagações sobre o solo e sub-solo, a flora, a fauna, os indígenas, os sertanejos e por fim os sítios e paisagens. Acha-se ainda por organizar o próprio cadastro de nossos monumentos naturais, tectônicos, topográficos, botânicos, zoológicos, etnográficos, paleontológicos.

Veja-se este problema que a cada passo desafia o brasileiro em seu país: a interpretação antropogeográfica de uma serra ou de um maciço montanhoso. Não a realizamos sem devassar grandes mistérios, desde os de sua origem geológica, no campo das conclusões científicas, até aos de suas populações, no campo da observação atual, quando a entidade geográfica surge como integrante social da região, em função do valor hidrográfico e do clima, criando o valor econômico.

Outra série necessária de verificações é o que resulta de qualquer exame análogo: a alimentação e o abastecimento de uma determinada região; as características funcionais de um centro urbano; o "habitat" rural em um vale, em uma planície ou em um planalto, com seu intercâmbio e suas influências; as funções regional, industrial e comercial de um porto marítimo, fluvial ou lacustre, concentrando recursos para distribuí-los; a pesquisa de uma mistura étnica entre elementos exclusivamente nacionais ou entre nacionais e estrangeiros em delimitada área, com o histórico dos contactos principais, por meio da língua, da religião e dos costumes; a observação antropogeográfica de uma zona de fronteiras vivas e de suas fases de nacionalização e assimilação; o inquérito também antropogeográfico sobre os tipos de imigrante, suas atitudes, seus conceitos médios sobre propriedade, família e religião, bem como sua higiene pessoal e coletiva; a revelação da mobilidade social em geografia humana, suas causas e modalidades; o estudo regional da habitação em uma zona geograficamente delimitada.

Ao lado desses aspectos empolgantes da geografia humana, são por igual de grande interesse os problemas da geografia econômica: a importância social, digamos, de uma rede ferroviária ou de um de seus ramais; a observação de um centro antropogeográfico em via de industrialização; o exame regional de uma cultura de importância comercial, em progresso ou em declínio; a apreciação de um trecho ou de uma linha de navegação fluvial, de uma rodovia, de um manancial de energia e, de modo geral, o histórico das explorações geográficas do Brasil.

E' neste universo de coisas que se move hoje o Sr. José Carlos de Macedo Soares — com alegria do que é, sem saudade do que já foi nem máguia do que poderia ter sido. Na geografia e na estatística de nossos atributos e caracteres, ele será talvez um rio de muitos afluentes, talvez uma soma de muitos números índices e orientadores.

COSTA RÊGO

(*Coreio da Manhã*, de 1 de Junho).

GRANDE OBRA ESTATÍSTICA

A EXPOSIÇÃO dos Mapas Municipais, organizada por ordem do chefe do Governo, veio dar ao público da capital do país uma pálida, mas segura visão do que é o interior e quais são suas possibilidades. Marca, também, o início de um extraordinário trabalho estatístico, sem dúvida de grande importância e vital necessidade. Percorrendo os gráficos municipais, o estudioso, o turista, o administrador e o simples curioso se deteem ante a grandeza ímpar dêste abençoado torrão, pátria da riqueza, da ordem e do progresso, livrado da sua letargia pela inteligência e pela ação do chefe da Nação.

A segurança dos elementos estatísticos, a presteza com que êles permitem encaminhar as soluções mais importantes, representam um fator de propulsão às energias vitais do Brasil. Êste trabalho, que não possuíamos, estará completo dentro do ano de 1940, constituindo uma verdadeira base para a organização e o desenvolvimento do Estado Novo, em pleno período de cimentação.

Não podemos, dado o inestimável alcance patriótico dessa medida, silenciar. O fato, tão auspicioso, requer um registro à parte. E, em o fazendo, cumprimos o dever de ressaltar a inteligente e patriótica operosidade do sr. Getúlio Vargas, tão bem e tão fielmente interpretada pelos executores dessa grandiosa obra estatística.

ANTENOR NOVAIS

(*A Pátria*, de 1 de Junho).

MAPAS MUNICIPAIS

QUEM escreve estas linhas foi quem, há vinte anos, como Secretário do Interior, no Maranhão, incumbiu o Dr. José de Abranches Moura de levantar a planta da capital e as cartas corográficas da ilha de S. Luiz e do Estado. Recordo o fato, porque aquele competente engenheiro e geógrafo, cujos trabalhos profissionais atingem a conta apreciável, aqui se acha, com as cartas comunais maranhenses, que trouxe para a Exposição de Mapas Municipais, há pouco inaugurada, por feliz iniciativa da útil organização que é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De nenhum modo melhor poderia o Instituto comemorar a passagem do quarto aniversário da sua fecunda atividade.

Talvez muita gente, da que olha as coisas pela rama, não dê à Exposição e às 1.574 cartas topográficas municipais que nela se vêem, a merecida atenção.

Mas tanto o certame quanto os mapas, bem como o *Anuário* do Instituto, teem o mais alto valor e a maior utilidade prática, para a vida do país, olhada pelos seus aspectos de ordem política, cultural, moral, social, econômica e financeira, — a servir-me da adjetivação, concisa e precisa, do discurso com que o Sr. Presidente da República inaugurou a Exposição.

Para mostrar o utilidade prática dos mapas, basta-me citar dois fatos, que busco, propositadamente, na minha terra.

Um: toda a gente no Maranhão dizia, e ninguém contestava, que a vila de S. José de Ribamar, que fica num dos extremos da citada ilha, dista sete léguas da capital, no outro extremo situada. Léguas... *de beíço* é que eram. Mas, ao invés de *grandes*, léguas *pequenas*. Foi o que averiguou, de modo irretorquível, um proprietário de automóvel, pelo taxímetro pôsto no seu carro, e o qual revelou que as sete léguas, da estimativa geral, não passavam de cinco, com uma quebra de dois quilômetros.

Outro: das duas vêzes em que, pelo espaço total de nove anos, fui lá Secretário de Estado, as ajudas de custo aos funcionários eram, nas viagens por terra, pagas à razão de não me recordo que quantia por légua a percorrer, de acôrdo com a tabela de distâncias anexa a uma lei ordinária do Estado. Organizada que era a mesma tabela mediante informações baseadas em estimativas mais ou menos arbitrárias, é bem de ver quanto, forçosamente, ficavam prejudicados, ora os cofres estaduais, ora os funcionários.

E se ainda algum argumento fôsse necessário para patentear a utilidade das cartas municipais, bastaria êste: é que elas com as coordenadas geográficas devidamente fixadas, tornarão fácil a feitura de mapas dos Estados, e, portanto, do da República.

E êsse mapa geral, de par com o resultado do Recenseamento a que em breve se procederá, dirá o tamanho exato do território nacional, e quantos somos os que nele vivemos, — coisas que todo povo civilizado tem o precípua dever de saber, para não ignorar o que, pela terra e pelos homens, vale a sua Pátria.

DOMINGOS BARBOSA

(*Jornal do Brasil*, de 2 de Junho).

EXPOSIÇÃO SIGNIFICATIVA

OS PAVILHÕES em que periodicamente se exhibe a Feira de Amostras, e já consagrados por certames de vária classe, acolhem presentemente o resultado de uma das mais expressivas campanhas promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia. Penetrando a fundo pelo território brasileiro, mobilizou as energias mais dispares, convocadas para participar da obra grandiosa, que somente o espírito de cooperação, largamente embebido de nacionalismo, poderia realizar.

Jamais houve no país empreendimento comparável ao que ultimou com êxito o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma de cujas alas executivas é representada pelo Conselho Nacional de Geografia, parceiro do de Estatística, ambos irmanados pelos mesmos ideais de tornar o Brasil mais facilmente conhecido, tarefa que temporariamente se ampliou, mercê da colaboração de vasta envergadura, confiada ao Serviço Nacional de Recenseamento, acrescido ao Instituto.

Dois órgãos permanentes, pois, e um provisório, constituem-lhe a estrutura, condicionada a incumbências perfeitamente diferenciadas, embora articuladas pela mais estreita interdependência.

Cabe ao C. N. G. coordenar as atividades geográficas do Brasil, e por isso cuidou, sem tardança, de obter imagens parceladas do seu vastíssimo território, reveladas pelos próprios moradores, que melhormente pudessem contribuir para apontar as peculiaridades dos seus rincões nativos.

O conjunto formaria mosaico integral, com a ambicionada fidelidade, que interpretasse o "retrato em corpo inteiro do Brasil", consoante expressão feliz de Teixeira de Freitas, perseverante paladino da boa causa, cuja execução iniciou em Minas, quando lhe dirigia uma das mais operosas repartições.

Para colhêr, porém, qualquer resultado, mister se fazia lavrar primeiramente o terreno e livrá-lo de raízes maninhas que prejudicassem a sementeira.

Reinava o caos, senão no país inteiro, ao menos em algumas regiões, que bastaria para neutralizar os melhores esforços.

A divisão administrativa se, em muitos Estados, obedecia a critério racional, perfeitamente aceitável, não correspondia, em outros, a nenhum propósito justificável.

Não se verificava uniformidade na nomenclatura nem na classificação hierárquica das várias categorias administrativas, que variavam de Estado para Estado. Apenas transposta a jurisdição de um, começava a do vizinho a regular-se por critério completamente diverso, como se não pertencessem todos à mesma comunidade nacional.

Elaborada minuciosamente, para dar ordem à confusão existente, surgiu o decreto-lei 311, que mereceu o nome de "Lei Geográfica do Estado Novo".

Em verdade, somente o regime instituído a 10 de Novembro conseguiria uniformizar a divisão territorial do Brasil, que obedecia às injunções políticas dos mais variados intuitos.

A sistematização adotada, que suplantou as barreiras impeditivas de soluções homogêneas, firmou bases racionais, em que deveria alicerçar-se qualquer plano delimitador de unidades administrativas e judiciárias.

O distrito seria o elemento irredutível de que se componham as circunscrições de âmbito mais amplo, quer de ordem administrativa, quer judiciária.

Terão vilas por sede, cujo nome será o seu próprio. E nenhuma permanecerá avulsa, fora das atribuições, que lhe caibam, à testa da chefia distrital.

De igual maneira, sempre a cidade será sede do município homônimo, vedada a singularidade, que se verificava frequentemente, de apelar-se alguns deles por topônimos diversos da respectiva sede, que tanto seria cidade, como vila, conforme o Estado em que se achasse.

Ao sintetizar os resultados obtidos, disse o Embaixador Macedo Soares, em frases incisivas, ao inaugurar a Exposição:

“Desapareceram as anomalias, as incoerências, as aberrações, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República no que interessa à divisão judiciária e administrativa.

Não mais limites imprecisos ou indefinidos, conformações absurdas, topônimos confusos, categorias sem expressão ou de significação variável, nem circunscrições acéfalas ou sedes fora de suas circunscrições. Acabaram-se também os casos de município envolvido por outro, bem assim, de modo geral, as ocorrências de unidades firmadas por dois ou mais trechos de territórios não contíguos”.

Assim é que o decreto-lei 311, em assunto geográfico, alteia-se como linha de cumiada, a separar nitidamente duas encostas doutrinárias.

Antes, quem tivesse vaga notícia de alguma vila brasileira, nenhuma indicação positiva possuiria a respeito de sua categoria administrativa, sem que indagasse a propósito.

Hoje, bastará a primeira informação para que o intérprete, ainda quando bisonho, perceba, em qualquer cidade apontada, a sede do município de igual nome, como é o distrito designado pelo topônimo da vila, onde tem a sede.

Se o decreto 311 tivesse alcançado apenas a padronização classificadora de circunscrições territoriais, de âmbito variável, já poderiam seus promotores ufanar-se do progresso resultante.

Outras, porém, maiores medidas decorreram de seus judiciosos dispositivos, em obediência aos quais foram definidas sistematicamente as divisas municipais, invariáveis por um quinquênio.

A redistribuição territorial em municípios, por sua vez subdivididos em distritos, abrangeu o país inteiro, sem exceção alguma.

Pela primeira vez, os governos dos Estados, a uma voz, adstritos ao mesmo critério, definiram sistematicamente as divisas intermunicipais, que lhes estivessem na alçada por maneira que, afinal, daí resultasse completa remodelação dos agrupamentos definitivos.

Já seria apreciável a medida adotada, ainda quando não se completasse com outra, de execução quasi inacreditável, embora exequível, como evidencia a atual exposição.

De todos os municípios foi exigida a representação gráfica do respectivo território, além de fotografias e documentação explicativa dos trabalhos.

Daí se causou mobilização cartográfica inegalável, como jámais ocorreu no Brasil, mediante a utilização, em vastas proporções, da boa vontade coooperadora de quantos pudessem contribuir para o êxito final.

Pelo país inteiro, espalhou-se a rede ativa de pesquisadores, que apresentam o resultado das suas diligências na coleção de 1.574 mapas, elaborados de acôrdo com o modelo, que fixou os requisitos principais a que deveriam subordinar-se.

Claro está que nem todos exibirão as mesmas características técnicas, nem pretenderão equiparar-se a um tipo único de exatidão.

Município, como o da capital paulista, onde tem sede o Serviço Geo-

gráfico estadual, e que já se utilizou da aerofotogrametria para o levantamento da zona urbana, cabalmente reduzida a cadastro, naturalmente estará em condições superiores a algum município desconhecido, da vasta interlândia, cujos recursos mal darão para custear os serviços administrativos indispensáveis à sua existência oficial.

O grau de aproximação distanciará sem dúvida do primeiro, sem que importe em sua condenação irremediável. Ao contrário, considerada a relatividade dos elementos disponíveis, a carência de técnicos habilitados, em muitos deles, a apresentação cartográfica evidencia extraordinário esforço, além da compreensão exata da campanha verdadeiramente nacional, que o Conselho de Geografia promoveu, ao solicitar a cooperação de todas as circunscrições administrativas do Brasil.

Nenhuma falhou.

Nenhuma se negou a colaborar de boa mente. E se mais não fizeram, é porque exíguos se lhes apresentavam os recursos disponíveis.

Mas porfiaram, inspirados pelos mesmos anseios, e o resultado se colhe na exposição, que se desenvolve por três pavilhões, na "Feira de Amostras", único local, pela sua amplitude, que poderia comportar o enorme acervo das provas concretas da vitória obtida, na campanha dos mapas municipais, pelo Conselho Nacional de Geografia, que o Embaixador Macedo Soares dirige superiormente.

Graças à sua chefia clarividente, a confiança firmou-se em todos os colaboradores, que diligenciaram contribuir da melhor maneira possível para a obra caracteristicamente nacional, como seja da figuração do Brasil em carta mais aproximada possível da realidade.

Até hoje, a mais perfeita ainda continua a ser a do Clube de Engenharia, que já se abeira de vinte anos.

No decurso desse prazo, a aviação permitiu longos reconhecimentos realizados por várias comissões de profissionais, que assim se tornaram auxiliares espontâneos dos serviços geográficos.

Os seus trabalhos, todavia, não foram ainda aproveitados convenientemente, como só permitirá a revisão da "Carta do Centenário", de acordo com a planeada realização.

Para ampliar as fontes informativas, foram elaborados os mapas municipais, que se destinam à utilização imediata, no conjunto.

Todavia, em satisfação à curiosidade geral, acaso ainda suspeitosa da inexequibilidade de tamanho empreendimento, sem falha alguma, houve por bem o Conselho Nacional de Geografia exhibir à vista dos estudiosos a prova concreta da opulenta obra realizada.

Escalonados por ordem alfabética dos Estados, a que pertençam, lá se acham representados os 1.574 municípios brasileiros, cartograficamente.

Ao lado, aspectos característicos da fisiografia, ou da vida regional, por meio de fotografias, completam os esclarecimentos relativos às atividades desenvolvidas pelo município.

Avantaja-se opulentamente a documentação, que proporciona excelente material de estudo para os pesquisadores.

O prazo exiguo em que se alcançou tamanho resultado põe de manifesto a boa vontade geral, no atender às solicitações do Conselho Nacional de Geografia, que se pode ufanar do triunfo resultante do apêlo ao espírito de cooperação, em prol do melhor conhecimento do Brasil.

VIRGÍLIO CORREIA FILHO

(*Jornal do Comércio*, de 9 de Junho).

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE MAPAS MUNICIPAIS

O MUNICÍPIO na vida brasileira — eis o título de um estudo que gostaríamos de fazer, se a existência agitada de repórter nos prodigalizasse tempo para pesquisas de ordem histórica e sociológica. Quem quer que observe os fatos na sua intimidade, com olhos para ver a realidade sem as deformações dos preconceitos doutrinários, não pode deixar de concluir pela importância fundamental do município na vida política do país. Desde os primeiros tempos da Colônia o município se impôs como o fundamento da vida nacional. E a nossa evolução só tem feito ressaltar, cada vez mais, esta tendência comunalista da organização política da nação.

Para não entrar em indagações em desacôrdo com a natureza desta nota, lembremos um fato de fácil constatação, mas altamente significativo: tanto no Império como na República, predominou, sempre, entre nós, a política municipal (queremos, desde logo, frisar que não vai nesta afirmativa nenhum intuito depreciativo). Os partidos, tanto o Liberal e o Conservador na Monarquia, como os P. R. estaduais, na República, firmavam sua base nos diretórios municipais e aí encontravam a razão de ser do seu prestígio. Os estadistas ou saíam do ambiente municipal ou viviam sob dependência do coronel. Este é que, na verdade, possuía a chamada “fôrça eleitoral”.

Vivendo grande parte da nossa vida no interior, em permanente contacto com o povo, foi-nos fácil observar a realidade dêste fato em toda a extensão. No regime anterior à Revolução de 30, as eleições foram, sempre, municipais. O eleitor, salvo raras exceções, não votava no estadista A ou B, por causa das suas idéias políticas ou do seu programa de governo. Isto estava muito longe das suas cogitações. Votava porque A ou B era candidato do chefe municipal, a quem estava ligado pela amizade e pela gratidão. Os comícios eleitorais gerais e diretos no Brasil constituíam, em última análise, pleitos municipais.

Muita vez, tivemos ocasião de indagar dos nossos roceiros, que chegavam à sede da cidade ou do distrito metidos na sua melhor roupa, os pés apertados na botina de elástico:

— Em quem vai votar? As respostas, em 99% dos casos, indicavam o nome do chefe político local. As campanhas que se travaram em tórno da sucessão presidencial, salvo as capitais e outras grandes cidades, não perdiam o caráter de lutas municipais. Os eleitores se dividiam em grupos irreconciliáveis porque o chefe situacionista e o oposicionista do lugar apoiavam candidatos opostos. Somente nos pleitos para escolha da câmara municipal os nossos patrícios votavam com conhecimento de causa. Aí, podiam julgar das qualidades dêste ou daquele candidato. Os motivos que os levavam à decisão podiam não ser os mais objetivos e justos. O julgamento, porém, certo ou errado, existia, porque no município é que reside, realmente, o interesse do povo.

Reconhecendo esta realidade, que entra pelos olhos de todos, a Constituição de 10 de Novembro "utilizou o município diretamente como órgão constituinte de poderes, seja na eleição da Câmara dos Deputados, seja pela designação, pelos municípios, da maioria dos membros do colégio eleitoral do Presidente da República". "Nisto, escreve o ministro Francisco Campos, não fez mais do que dar expressão legal a uma realidade: a eleição geral e direta no Brasil já era, com efeito, uma eleição puramente municipal".

O novo regime, sendo a integração do país "no senso das suas realidades e no quadro das suas forças criadoras", recolocou o município na sua função de "célula política do país". As administrações, tanto da União como dos Estados, passaram a dedicar todo o interesse à vida municipal. No estudo de vários dos problemas do país, foram buscar no município — realidade política, econômica e social — os dados necessários para uma solução justa e adequada.

Alguns fatos comprovam esta volta ao municipalismo. Quando o governo se decidiu a conhecer a vida nacional nos seus múltiplos e complexos aspectos, como base para o estabelecimento de um programa de realizações que abrangessem todos os nossos problemas essenciais, fez do município o ponto de partida do mais amplo inquérito até hoje realizado no Brasil.

Os resultados obtidos foram surpreendentes. O questionário elaborado e distribuído a todos os municípios, pela Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, foi respondido com a maior presteza. Mais de 13 mil pessoas prestaram sua colaboração a este imenso trabalho de pesquisa econômico-social.

Tal inquérito revelou os problemas nacionais na sua verdadeira face. Nos seus dados e conclusões baseou-se o presidente Getúlio Vargas para elaborar o memorável discurso de 10 de Novembro de 1939, inaugurando os trabalhos da Conferência dos Interventores.

Por sua vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no esforço patriótico para revelar o Brasil aos brasileiros, vem emprestando a máxima importância às agências municipais de estatística e aos diretórios municipais de geografia. São esses organismos que, engrenados nos sistemas regionais, fornecem todos os elementos necessários à entidade autárquica central, para a redução a números exatos da complexa e multiforme realidade nacional. Ainda agora, na montagem da imensa máquina do Recenseamento Geral do país deu-se atribuição fundamental às delegacias municipais. E' que o conhecimento do todo só será perfeito através do conhecimento minucioso das partes.

O Estado Novo, interessado em repor os municípios na sua função de núcleo fundamental da vida do país, levou a efeito, por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a completa revisão dos seus quadros territoriais, pondo fim à "profunda e generalizada anarquia" que reinava neste plano fundamental da vida do país. Lançada pela lei n.º 311, de 2 de Março de 1938, a que se chamou com justeza a "Lei Geográfica do Estado Novo", a revisão alcançou êxito integral. "Desapareceram, — disse o embaixador Macedo Soares, no notável discurso pronunciado ao ensêjo da inauguração da Exposição Nacional de Mapas Municipais, — as anomalias, as incoerências, as aber-

rações, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República, no que interessa à divisão judiciária e administrativa". E "sôbre a base dêsse quadro assim racionalizado, sôbre êste fundamento seguro", é que se estão desenvolvendo "duas gloriosas campanhas do Instituto": a do "exato conhecimento da terra através o levantamento cartográfico do país" e a do Recenseamento Geral, já em plena fase executiva. A primeira etapa do levantamento cartográfico do Brasil já está concluída com o preparo dos mapas de todos os nossos 1.574 municípios, cuja exposição foi inaugurada, solenemente, pelo presidente Getúlio Vargas, na data do quarto aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esta Exposição Nacional de Mapas Municipais constitue acontecimento de extraordinário relêvo neste ano de 1940, que ficará nos anais do país como o ano da revelação do Brasil a si mesmo.

O embaixador Macedo Soares pronunciou, na ocasião, um discurso que é uma síntese admirável do imenso trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no seu curto período de existência.

Referindo-se à Exposição assim se exprimiu:

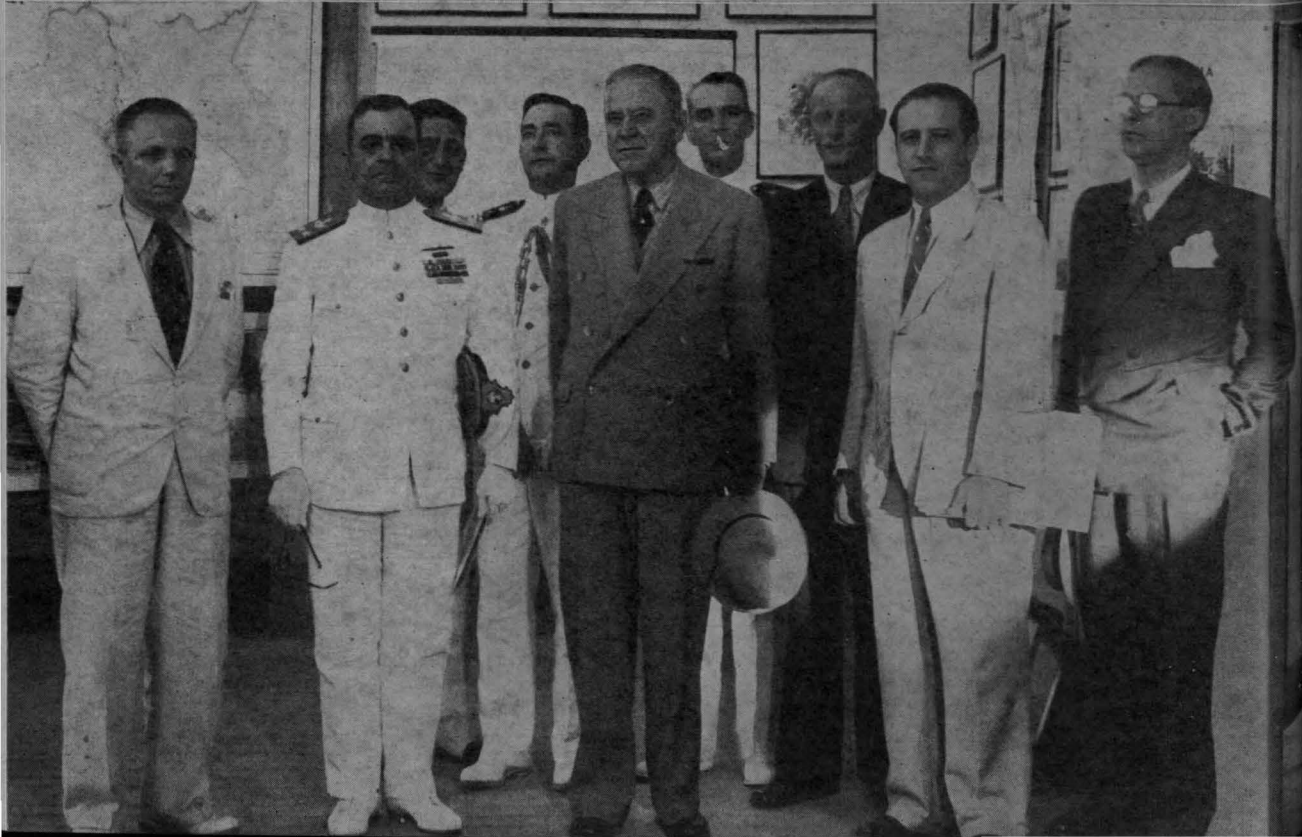
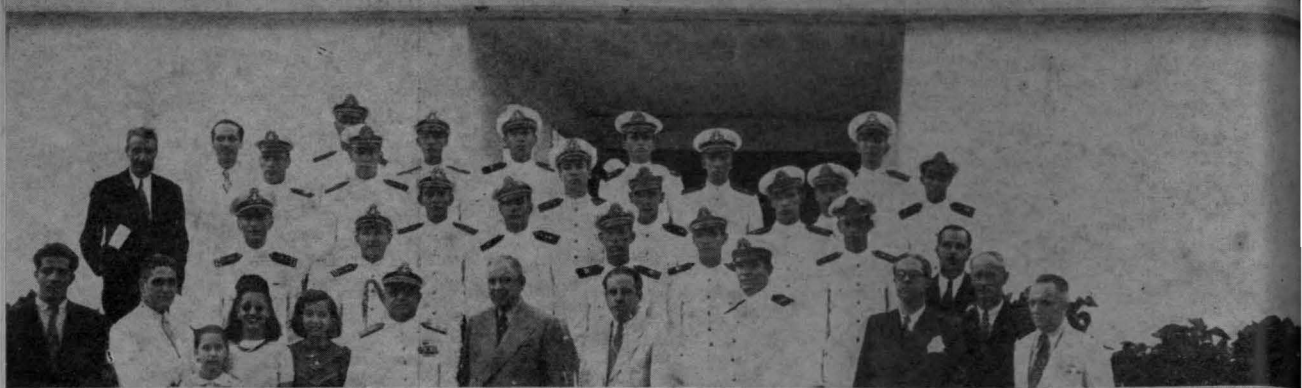
"Faça-se aí a chamada dos 1.574 municípios brasileiros, e cada qual, do seu "stand", responderá: "Presente". E indague-se então de qualquer deles, ao acaso, — pobre ou rico, grande ou pequeno, populoso ou mal povoado, longínquo ou próximo, — que contribuição nos trouxe ou nos está trazendo para essa formidável revelação do Brasil. E êsse município, seja qual for, suponhamos o menor, ou o mais remoto, ou o de mais parcos recursos, fará esta singela declaração, que profundamente comove o nosso patriotismo:

"Apresento minha imagem cartográfica, a mais perfeita que as circunstâncias me permitiram. Aí está minha hidrografia, com o relêvo do meu solo. Aí se vê a rede dos meus povoados e dos meus meios de comunicação; e também a minha subdivisão distrital, indicados os contornos perfeitos dos respectivos territórios. Trago ainda a planta da cidade em que o meu Governo tem sede e de cada uma das vilas que encabeçam meus distritos. Em todas essas plantas estão delimitadas as áreas urbanas e as suburbanas. A minha área territorial, no seu total e nas suas distribuições diversas, está revista ou em via de o ser. Trago mais algumas vistas características da minha fisionomia, quer urbana, quer rural, nos aspectos naturais e nos que a mão do homem criou, no seu esforço incansável de civilização. E apresento igualmente o texto descritivo dos meus limites num breve relato do que foi o milagre de vontade e patriotismo que, no lapso curtíssimo de um ano e meio, depois de me dar estabilidade, divisão racional e sistematização de hierarquia e toponímia, me deu ainda a indumentária civilizada com que compareço a êste comício, — que parece silencioso e, contudo, grita bem alto a capacidade realizadora da Nação Brasileira".

GERALDO MENDES BARROS

(*O Estado de São Paulo*, de 11 de Junho).

MAPAS MUNICIPAIS



○ BRASIL VISTO EM TRÊS HORAS

A CABO de percorrer o Brasil em três horas. Não o fiz em pensamento ou mesmo de avião, mas a olho nu e de pé ou andando.

A façanha parece superar as viagens fantásticas de Júlio Verne. Entretanto, qualquer um pode praticá-la tranquilamente. Basta visitar a Exposição Nacional de Mapas Municipais, ali a dois passos da Avenida Rio Branco, num dos pavilhões da Feira de Amostras.

O local não podia ser mais apropriado. Aquilo é, de fato, uma completa amostra cartográfica do país. Apenas o que expõe não é objeto de feira, pois não está à venda, por preço algum. E' inteiramente nosso e para sempre, garantido por quasi quatro e meio séculos de posse, constituindo um dos maiores patrimônios territoriais do mundo.

Nunca tive melhor impressão dessa grandeza do que através daqueles 1.574 fragmentos, dispersos em 8.511.000 quilômetros quadrados e representados por outros tantos retângulos de papel. O mapa geral do Brasil apresenta-o como um verdadeiro continente, cuja massa compacta impede a observação de suas últimas divisões administrativas. Torna-o menos compreensivo que o conjunto dos de seus municípios, porque êsses excitam mais a curiosidade, como os detalhes de um grande quadro.

Aliás, isso é natural. Uma soma avulta tanto mais quanto mais numerosas são as suas parcelas. A visão dessas como que aumenta o seu resultado, o qual pode ser astronômico, mas fica inexpressivo isoladamente. E o material destinado a um edificio ocupa mais espaço que quando reunido no todo arquitetônico. Nem por isso, entretanto, as partes valem mais do que o todo.

E' a primeira vez que todas as comunas brasileiras aparecem numa exposição de tal natureza, simulando uma parada das nossas forças econômicas e sociais ou permitindo uma revista de nossa evolução histórica e geográfica. Realmente, pelos seus mapas se pode recompor a marcha da nossa civilização no litoral e nos sertões, porque êles não se limitam a reproduzir a configuração topográfica e os caracteres físicos dos municípios, mas indicam as suas cidades, vilas, povoados, fazendas, linhas divisórias, estradas de ferro, de rodagem, carroçáveis e caminho de tropa, linhas telegráficas, cursos d'água, elevações, altitudes, igrejas ou capelas. E, além disso, a maioria é acompanhada de aspectos fotográficos das suas sedes e distritos rurais, atestando as obras do homem no aproveitamento da natureza.

E' digna de ser assinalada a cooperação das fotografias no êxito da Exposição. As que se ostentam ao lado dos mapas ilustram admiravelmente as belezas naturais, as realizações progressistas e as possibilidades econômicas dos municípios. Grande parte reproduz construções urbanas, destacando-se muitas pelo seu estilo moderno. Mas há também as que exibem apenas ruas e praças de casario modesto e que formam a média das cidades e vilas do interior. Outras são de campos de culturas, entre as quais algumas novas no Brasil, como a do agave em Itabaiana, Estado da Paraíba. Ou de fazendas com todas as características, desde a casa grande até os currais de gado. E ainda de curiosidades naturais, geralmente enormes pedras de feitiços pitorescos.

Mesas cobertas de numerosos Álbuns de Estados e municípios representam outra valiosa contribuição fotográfica para o conhecimento do país. Agrupados por Estados, é fácil compulsá-los em ordem geográfica, completando a viagem pelo Brasil através dos mapas municipais. Constituem uma coleção única de aspectos brasileiros, que só mesmo um organismo federal, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, poderia obter e reunir, oferecendo uma visão panorâmica da nossa terra e da nossa gente. Até as tribus indígenas de Mato Grosso e de Goiás figuram naquelas páginas palpitantes de realidades nacionais, sem deformações nem exageros literários, porque a objetiva surpreende e fixa coisas que a palavra não sabe exprimir.

E' de estranhar que nem todos os Estados e municípios se empenhassem em enviar fotografias. Lamento particularmente que Pernambuco, colocado em tão alto relêvo no seio da Federação pelo governo dinâmico do sr. Agamemnon Magalhães, se enfileire entre os indiferentes a essa espécie de preciosa documentação. Foi ansioso e debalde que procurei rever a minha cidade natal, a modesta Água Preta, em cujas terras, entretanto, se ergue uma das maiores e melhores usinas pernambucanas, a de Santa Teresinha. Em feliz contraste, outros Estados, como a Paraíba, São Paulo e Paraná, se esmeraram em sua participação no magnífico certame, sendo de salientar os mapas coloridos dos municípios paranaenses e a sua reunião num Atlas modelar.

Durante a minha visita, vi dezenas de pessoas se revezarem nas salas da Exposição. Eram filhos dos Estados, residentes no Rio, que buscavam descobrir os logarejos longínquos do seu nascimento, contemplando-os com olhos amorosos e evocando episódios neles ocorridos, numa atitude evidente e comunicativa de saudade e nostalgia. Mas aquelas salas deviam regorgitar de gente, porque os estaduanos aqui domiciliados sobem a centenas de milhares, atraídos pelas fascinações não raro enganadoras da metrópole.

À saída, um funcionário me ofereceu um prospecto em cuja capa se estampa o mapa do país com todos os municípios assinalados por minúsculos pontos. E' um trabalho tão simples como sugestivo, por sintetizar graficamente a conquista do Brasil pelos brasileiros. Tais pontos são os núcleos de povoamento, colonização, trabalho, progresso e expansão, que sustentam a unidade política, econômica, social e racial da maior nação da América Latina. Desdobram-se eles por larga faixa do litoral e pelas regiões circunvizinhas do "hinterland", formando estreita mancha no Nordeste e condensando-se da Baía para o Sul. E' que os Estados com maior quantidade de municípios são os seguintes, segundo as respectivas posições geográficas: Ceará, 65; Pernambuco, 85; Baía, 150; Minas Gerais, 288; São Paulo, 270, e Rio Grande do Sul, 88. Mas as partes não pontilhadas do mapa, que correspondem às zonas despovoadas do território, comportam novos municípios em número algumas vezes superior ao total dos 1.574 existentes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que promoveu esta Exposição, comemorando o 4.º aniversário de sua fundação, está de parabens por serviço tão valoroso. Revelando o Brasil aos olhos dos próprios habitantes pelos mapas dos seus municípios, demonstrou a capacidade de revelá-lo ainda mais pelo Censo Geral de sua população, a realizar-se em Setembro d'este ano e cuja organização modelar lhe propicia êxito absoluto. E tanto maior há de ser êsse êxito quando nele se devem empenhar todos os brasileiros, cooperando no Recenseamento nacional como uma questão de honra para cada um, sob pena de se manifestarem os relapsos indignos desta Pátria incomparável.

JOAQUIM DE MELO

(O Jornal, de 16 de Junho).

UMA EXPOSIÇÃO ÚTIL

CONFESSO que fui levado por dois motivos a visitar a Exposição de Mapas geográficos dos municípios brasileiros: o primeiro, um sentimento de curiosidade patriótica; o segundo a busca de assunto para “A Gazeta”, o grande e vitorioso jornal de Cásper Líbero, cuja “equipe”, capitaneada por Miguel Flexa, há quinze anos prestigia, generosamente, os meus escritos.

Fui, gostei e, intimamente, tive de me reconhecer grato às duas forças que me haviam impellido a visitar as cartas geográficas dos municípios do Brasil. Aos sentimentos de brasileiros, não podia ser melhor a impressão que meu espírito recolheu; ao publicista em busca de assunto, igualmente, grata e perdurável se me afigurou a visita. Como brasileiro pude ver graficamente desenvolvida toda a extensão territorial do Brasil, sentir-lhe a grandeza, a extensa amplitude das suas regiões geográficas, a massa desmesurada de terras que êle ocupa no continente; para “A Gazeta” foi-me dado recolher varias impressões que sairão a seu tempo, nos breves comentários que, desde 1925, venho fazendo aquí.

No primeiro plano, o meu espírito recebeu o choque produzido pela representação gráfica e detalhada dos mil quinhentos e setenta e quatro municípios que compreendem o Brasil. A exposição facilita uma vista de conjunto, perspectiva grandiosa, que as cartas geográficas não nos podem fornecer. Por elas acompanhamos a extensão do solo, compreendemos o clima, alcançamos as possibilidades de riqueza e produção de cada município. Explica-se porque há Estados ricos e pobres, porque há grandes núcleos civilizados e há outros onde só lentamente pode processar-se a obra da civilização. E sentimos toda a vitalidade desbordante do Brasil, o verde-amarelismo de uns, a descrença exagerada de outros, o pleno ufanismo da maioria.

E examinando as cartas dêsses municípios que se estendem da zona temperada ao equador, do litoral às pontas alpestres, das regiões de matas e chuvas constantes e ensopadoras, às de prolongados estios e cursos d'água transitórios, sentimos e compreendemos a diversidade de vida, as ilhas etnográficas que fazem da nossa carta um imenso arquipélago humano, cheio de escolhos e de acidentes raciais. Pelo espetáculo dêsses mapas reunidos e organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficamos compreendendo muita coisa do Brasil que nos passara despercebida até agora.

A diversidade de esforço que cada brasileiro traz para a federação encontra aqui a sua explicação. Como poderemos exigir que os municípios lacustres, onde a água e o mato engolem o homem, como os da Amazônia, possam dar a mesma produção do homem das terras enxutas do altiplano? Como exigir que os habitantes de Codajaz ou Santo Antônio do Madeira realizem a mesma obra civilizadora do homem da serra ou das coxilas do Rio Grande?

Essas perguntas e muitas outras são formuladas diante daqueles gráficos de terras por onde chega o Brasil, e todas elas logo se respondem, ali mesmo, comparando-se as cartas em questão. A sua própria presença conjunta, o fato material de poderem ser vistos os aspectos geográficos e calculadas as latitudes de todos os municípios do Brasil, basta a orientar a curiosidade do estudioso e a satisfazer a exigência mais viva do nosso patriotismo. Poderemos, por êles, calcular a grandeza, sem exagêro, que se pode retirar do Brasil e poderemos, especialmente, estudar as nossas possibilidades dentro de um quadro exato da nossa realidade, sem excessos, nem fantasias sôbre a situação exata da nossa economia. Vistos, assim, em conjunto, êsses municípios brasileiros são uma presença de grandeza territorial e uma possibilidade da riqueza em potencial realmente muito grande do Brasil.

ANGYONE COSTA

(A Gazeta, de 26 de Junho).

TRABALHOS DE ESTATÍSTICA

NA INAUGURAÇÃO da Exposição de Mapas Municipais, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, teve o Embaixador Macedo Soares ocasião de recordar o que vem sendo a atividade realizadora desse Instituto. Fundado a 29 de Maio de 1936, pode apresentar, nos quatro anos de sua existência, uma série considerável de trabalhos, merecedores de aplauso e estímulo. Além de todos os esforços para a organização de seus serviços e para a coordenação das atividades de estatística de todo o país, há que considerar o que se fez para o exato conhecimento da terra, através do levantamento cartográfico nacional. A atual Exposição de Mapas é a primeira etapa nesse amplo e seguro serviço. Dos 1.574 Municípios existentes não faltou nenhum. Cada Município apresentou a sua imagem cartográfica, desde a hidrografia e o relevo do solo até os meios de comunicação, a subdivisão distrital, a planta das cidades e vilas. Não faltaram vistas, que apresentassem aspectos do Município, ou algarismos que revelassem o andamento de seu trabalho e o estado de suas conquistas e realizações. Não há exemplo de nenhuma exposição dessa ordem no país, nem de coleta mais completa de dados e informações, a respeito da vida municipal brasileira. Vencida essa primeira etapa, com os mapas dos Municípios, virão os outros passos para a determinação das coordenadas das sedes municipais, para a verificação das altitudes, para o desenvolvimento ulterior da cartografia brasileira, com todos os elementos que a devem compor.

O trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem o mérito de ser ordenado e seguro. Não se perde em esforços descontraídos e fragmentários. Obedece a um plano, executando-o sem alvoroço e sem precipitação. Daí o êxito conseguido e de que nos dá testemunho essa admirável Exposição de Mapas de todos os Municípios brasileiros.

Não se limitam as realizações a esse aspecto único, que por si só justificaria a existência do Instituto, patenteando a eficiência de sua organização. Há uma lista considerável de iniciativas de alta significação, como a campanha para o prevalecimento do sistema métrico decimal, entre outras muitas. Será também de justiça uma referência às suas publicações, ao *Anuário do Brasil, ao Brasil — 1938*, edição toda em inglês, à *Divisão Territorial do Brasil*, à *Revista Brasileira de Estatística*, que é um dos melhores periódicos de ordem técnica, que o Brasil conhece. Será de justiça não esquecer a excelente *Revista Brasileira de Geografia*. Tudo, em conjunto, prova a excelência da organização que, sob a direção do Sr. Macedo Soares e com a colaboração ativa de alguns técnicos de valor, como o Sr. Teixeira de Freitas, ou o Sr. Cristóvão Leite de Castro, realiza o programa de trabalhos que o Governo da República lhe atribuiu. Não estamos diante de um organismo burocratizado. Há um trabalho porfiado, há iniciativa, há tenacidade e preocupação de criar e de pesquisar. Por isso mesmo, na passagem do quarto aniversário de tão útil instituição, é de justiça salientar o que tem feito, para que a proficuidade de sua atuação receba o estímulo do aplauso público.

(*Jornal do Brasil*, de 31 de Maio).

OS MUNICÍPIOS E A SUA REALIDADE

A EXPOSIÇÃO de cartas topográficas e fotográficas dos 1.574 municípios brasileiros, anteontem inaugurada em comemoração ao 4.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugere algumas reflexões. A Exposição dos Mapas Municipais pode ser considerada como prenúncio do êxito que todos auguramos ao grande Recenseamento Geral de Setembro entrante. E é justamente na expectativa dos resultados da operação na esfera municipal que desejamos formular as considerações que se seguem.

Nunca, em nossa já bem longa vida administrativa, através de dois sistemas de governo, manifestamos pela existência dos municípios brasileiros o interesse concreto que deviam êles merecer-nos.

Considerados núcleos de articulação da unidade nacional, foram tão só objeto de uma configuração puramente teórica no relêvo da carta política e até hoje esperam que a êsse realce decorativo corresponda a assistência positiva, franca e ampla que lhes deve a Nação.

A vida municipal sob a monarquia caracterizou-se pela estagnação, pela mais completa rotina vegetativa.

Apesar da República haver fundado o equilíbrio da Federação na franquia substancial do princípio autônomo, qualificados os municípios como células do regime republicano pelos intérpretes da doutrina constitucional, a situação encontrada em 89 não se modificou sensivelmente para a quasi totalidade das parcelas municipais.

Se excluirmos os municípios onde se acham as sedes das capitais estaduais e poucos outros que realmente teem progredido, verificaremos que excede de mil, entre os 1.574 hoje existentes, o número dos que arrastam uma existência precária e carecem de tudo para apresentar um relativo e ponderável progresso.

Não se cuidou de construir a civilização nacional no sentido lógico, que em mais de 50 anos teria já transformado a fisionomia econômica, social e cultural da Nação: não se marchou resolutamente da periferia para o centro.

Permanecemos mais ou menos nas raiaas do litoral, desdenhando a rota das bandeiras, que deveríamos ter retomado para levar à interlândia o influxo metódico de um adiantamento persistente.

Essa necessidade foi vista pelos constituintes de 89, porque prescreveram a mudança da Capital Federal para o planalto do centro. Jamais, porém, se cogitou com espírito decidido de semelhante empresa, e os municípios, que se avolumam e se dispersam em quantidade maior pelas zonas mais afastadas das lindes periféricas, ficaram privados dos benefícios de toda ordem que a observância do dispositivo constitucional seguramente lhes haveria de proporcionar.

Fizemos, aliás, pior do que não cumprir o estatuto: criamos o congestionamento urbanístico das capitais provocando o despovoamento rural e agravando, dessarte, ainda mais, a precariedade das condições de existência das unidades municipais.

O Rio de Janeiro, onde se acumulam sistematicamente certos institutos de ensino que, por sua especial natureza, deveriam funcionar no interior, e para onde, em consequência, afluem cada ano, dos pontos mais longínquos do país, os candidatos ao exercício de profissões liberais de problemático êxito na metrópole, é um exemplo assaz frisante da desorientação e do descaso dos nossos processos de valorizar e engrandecer o Brasil.

O Recenseamento Geral de Setembro virá exhibir aos nossos olhos, com meridiana nitidez, a verdadeira realidade dos municípios brasileiros.

Mas é necessário que êsses testemunhos não sejam desprezados e que não seja perdido um tão corajoso esforço. Impõe-se, ao contrário, que saibamos aproveitar com inteligência, resolução e patriotismo as revelações censitárias, mediante as quais poderemos, se quisermos — e devemos querer — procurar os meios de reparação eficaz de um tamanho período de abandono, a que se acham condenados os municípios da República.

E' necessário que se aproveitem os resultados do Censo para organizar a assistência que êles aguardam, sob pena de evidenciarmos que estamos construindo apenas, através de aparências, uma civilização de superfície.

(*Diário de Notícias*, de 31 de Maio).

O BALANÇO DA VIDA DO BRASIL

FALANDO na cerimônia inaugural da Exposição dos Mapas de todos os municípios do Brasil, o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Embaixador Macedo Soares, lembrou conceitos do Chefe do Governo norte-americano, Presidente Garfield, por ocasião do nono censo dos Estados Unidos. Esses conceitos foram recordados em circunstâncias de uma oportunidade excepcional, a mais apropriada possível.

Senão, vejamos. Em primeiro lugar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística celebrava, de maneira condigna, a passagem do quarto aniversário de sua criação. Depois, o país está sendo verdadeiramente mobilizado para realizar a grande operação que vai ser o seu novo recenseamento. Em terceiro lugar, como corolário do decreto que fixou a divisão territorial das vinte e duas unidades federativas em que se divide a União, inaugurou-se a 1.^a Exposição Nacional de Mapas Municipais, trabalho que abrange nada menos de 1.574 comunas brasileiras, o que basta, só por si, para demonstrar a dimensão do empreendimento.

O município é a célula política e a célula geográfica da pátria a que pertencemos, com o desejo de fazê-la grande pelo paralelismo entre a magnitude do nosso esforço e a vastidão da terra opulenta que o destino nos deu. Faz-se preciso, portanto, para conhecer e engrandecer o Brasil, conhecer e tornar grandes os municípios em que o país se divide.

Há um mal profundo a corrigir na vida nacional: o nosso desconhecimento de nós próprios. Não se pode querer bem o que não se conhece. Os olhos são as comportas que abrem as torrentes do afeto.

Como conhecer cada um de nós o Brasil, na enorme vastidão do seu território, nos misteriosos recônditos da sua vida interior, na elaboração íntima, silenciosa mas constante, do seu progresso, como o pulsar de uma engrenagem que não pára? Como conhecer o Brasil através dos seus caminhos quase impenetráveis, ao fim dos quais ou em meio dos quais a riqueza se localiza, esperando que, pelos transportes adequados e pela técnica segura, o homem a aproveite, em benefício comum?

Eis aí o objetivo primário colimado mediante a 1.^a Exposição Nacional de Mapas Municipais, realizada com um sentido surpreendente e há pouco inaugurada na presença do Sr. Presidente da República. Conforme se depreende das palavras proferidas pelo Sr. Embaixador Macedo Soares, os mapas municipais exprimem o conjunto dos aspectos básicos à vida de cada comuna brasileira. Oferecem, portanto, um meio de conhecer assim o país, já que por ninguém poderia de outra forma ser êle completamente palmilhado e sentido.

Aquela realização abre o acesso a muitos empreendimentos da mesma natureza, cujo início já foi anunciado na cerimônia de que nos estamos ocupando. Teremos assim em breve, conforme o compromisso assumido, a cartografia geral do Brasil, as efemérides geográficas brasileiras, o dicionário topônimo, o atlas estatístico-corográfico dos municípios.

Precisamos de conhecer o nosso próprio país. Não bastam atos declaratórios do nosso orgulho por lhe pertencermos. O orgulho de um povo, o sentido de sua identificação total com o solo em que vive e labora, só pode ser dado e medido por uma compreensão uniforme dos destinos que lhe cabe preencher dentro do trecho territorial que lhe foi reservado no mapa do mundo, sem extravasamentos aventureiros, irritantes e ousados que ameacem os outros povos e os perturbem na realização da tarefa de cada qual, em benefício comum da civilização.

Todas essas iniciativas que se vão adotando, todos os esforços empreendidos e a empreender com o intuito de tornar o país conhecido de nós mesmos e, por via de consequência, familiar ao conhecimento das demais nações, levam à finalidade que vimos assinalando, como fundamento da obra nacional que nos propomos e devemos realizar. Seguir-se-ão à 1.^a Exposição Nacional de Mapas Municipais outros empreendimentos da mesma natureza, inspirados em propósitos idênticos, ao mesmo tempo que se aceleram os trabalhos do Recenseamento Geral do país, muito bem chamados as operações dos sete censos.

Assim, cumpre-nos através dêsse balanço gigantesco, o último dos quais foi efetuado na passagem do primeiro centenário da independência política do Brasil, mostrar o que somos como riqueza humana, como população que é a base do cabedal das nações. Cumpre-nos definir os marcos que assinalam o nosso avanço no campo das atividades agrícolas e pecuárias, do comércio e da indústria, dos transportes, da educação, da cultura em geral. Só assim poderemos saber o que somos, o que valem, como promessa ou lastro de garantia do que viremos a ser.

Foi por isso que o Sr. Presidente Getúlio Vargas, no discurso com que deu por inaugurada a 1.^a Exposição Nacional de Mapas Municipais, declarou ser o recenseamento um fato de ordem capital para que nos conheçamos a nós mesmos. No conceito do Chefe da Nação, alcançaremos através da realização do censo do Brasil, como objetivo fundamental, o conhecimento da sua população e de todos os fatos indispensáveis à obra dos economistas e dos sociólogos para bem interpretar a vida do país.

E' o que vamos fazer. E' o que já começou a ser feito. Assim, para reproduzir os conceitos do Presidente Garfield, referidos no começo dêste artigo, a pesquisa estatística penetra agora nas casas, nas indústrias, nas minas, nos campos, nas prisões, nos hospitais, em toda a parte por fim, onde quer que a natureza humana se agite nas suas deficiências ou na sua potencialidade.

(*Jornal do Comércio*, de 1 de Junho).

A EXPOSIÇÃO DE MAPAS MUNICIPAIS

O INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística comemorou o 4.º aniversário da sua criação com duas iniciativas de evidente valor: a exposição das cartas topográficas de todos os municípios do país e a última edição do *Anuário Estatístico do Brasil*. Trata-se de mais dois serviços consideráveis daquela organização, no sentido de tornar o Brasil conhecido dos brasileiros.

Essa frase, apesar de enfática, nada tem de retórica. Nós desconhecemos, efetivamente, quasi por completo, o nosso grande país. As próprias classes letradas participam dessa ignorância, porque preferem revelar noções dos outros povos para simular erudição.

Não obstante as complicações geográficas trazidas pelas guerras sucessivas, é mais fácil encontrar-se entre nós quem saiba o número dos Estados europeus que o dos municípios brasileiros. E' que êsses raramente aparecem no noticiário dos jornais e aqueles figuram diariamente nos telegramas do exterior.

A Exposição dos Mapas dos nossos 1.574 municípios como que descobre para a maioria dos habitantes do Rio um Brasil misterioso e formidável. Entretanto, êsse é o verdadeiro Brasil, o que trabalha a terra, devassa as matas, explora as minas, luta com a falta de transportes, suporta os efeitos das enchentes e das sêcas, sofre privações de toda sorte, para produzir as riquezas de que as cidades gozam.

Ainda bem que as cartas topográficas dos municípios estão acompanhadas de aspectos fotográficos de seus progressos urbanos e de suas belezas naturais. Tem-se assim uma impressão panorâmica das características territoriais, das obras realizadas, das atrações turísticas e das possibilidades econômicas das circunscrições administrativas em que se divide o país e que são a base da sua grandeza, da sua unidade e da sua civilização.

De fato, a vida nacional assenta sôbre as múltiplas atividades dêsse milhão e meio de comunas que se desdobram pelo interior e litoral do Brasil. De lá nos veem os produtos agro-pecuários e as populações citadinas, as indústrias de transformação e o comércio exportador. Por isso, merecem os municípios os maiores desvelos da coletividade brasileira e dos poderes públicos.

A exposição recém-inaugurada deve permanecer aberta durante largos dias, afim de que possa ser visitada por todas as camadas de nossa sociedade. E' uma admirável lição prática de geografia, que precisa ser aproveitada tanto pelos espíritos cultos como pelos elementos populares, em benefício não só deles próprios, mas principalmente do país, que só lucra em ser cada vez mais conhecido.

(O *Jornal*, de 1 de Junho).

A EXPOSIÇÃO NACIONAL DE MAPAS MUNICIPAIS

NÃO pode passar sem um comentário simpático a inauguração no Rio de Janeiro da Exposição de Mapas Municipais do Brasil, fato realmente auspicioso, de que São Paulo já teve uma amostra, quando da realização, no estádio de Pacaembú, dessa mesma exposição apenas limitada aos mapas do nosso Estado.

Da utilidade dêsse empreendimento teremos uma impressão exata sabendo-se que é o conhecimento do nosso país, o conhecimento de suas realidades que com isso conquistamos.

O preparo dos mapas municipais brasileiros, que agora se concluiu, representa uma das etapas mais importantes do levantamento cartográfico nacional.

Virá, depois disso, a determinação das coordenadas das sedes municipais, trabalho, aliás, em andamento e que já nos deu a posição exata de cerca de cem cidades brasileiras; a medida das altitudes, que se fará quanto às localidades e quanto aos pontos mais importantes; a sistematização normativa da cartografia brasileira e a coligenda de efemérides geográficas; a elaboração do dicionário toponímico e o preparo final de uma edição da Carta geral do Brasil.

Todo êsse esforço, que já vai logrando resultados tão favoráveis, tem a orientá-lo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ora sob a presidência do embaixador Macedo Soares.

São em número de 1.574 os mapas existentes na Exposição e, assim, nenhum município deixou de comparecer.

No mesmo dia em que inaugurava tão eloquente certame de suas atividades, publicava o Instituto o seu *Anuário*, peça que contém dados de ordem econômica, política e social como nenhum outro documento contemporâneo apresenta sobre o conjunto da nossa vida.

Torna-se excusado encarecer a importância de todo êsse já monumental trabalho estatístico, feito segundo os métodos mais modernos e seguros, pois estatística não é palpite, é ciência.

As nações, como as casas de comércio, precisam estar constantemente balanceando os seus negócios e os seus recursos. Outra maneira não há de se saber o que se possui, com o que se conta, quais os aspectos da vida nacional que carecem de assistência mais acurada, quais os aspectos de sua economia que reclamam um tratamento mais enérgico.

Teremos, dentro de um ano, o Recenseamento Geral da República. E' a grande obra com que o Instituto vai coroar o seu primeiro ciclo de atividades nacionais, atividades realmente fecundas e que belas vitórias já tem conquistado, no justo dizer do embaixador Macedo Soares, para o bem do Brasil.

(A Gazeta, de S. Paulo, de 3 de Junho).

MAPAS MUNICIPAIS

UM PAÍS, para ser bem conhecido, precisa ter assegurado o seu levantamento cartográfico perfeito. Sem isso, sem que possível seja localizar cada um dos seus acidentes com precisão, impossível é considerá-lo cientificamente conhecido. Com o Brasil, infelizmente, sucedia isso.

Nenhuma das cartas geográficas existentes, salvo alguns pequenos mapas da Marinha de Guerra, principalmente da costa Sul, e ligeiras plantas do Correio Aéreo Militar, dizia exatamente qual a região que elas representavam.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em boa hora criado pelo Governo da República, determinou realizar, entre algumas obras de monta, o levantamento de uma carta geográfica do Brasil, ao milionésimo. Para isso, como medida preliminar, foi baixado o decreto-lei n.º 311, que traçou normas seguras para uma perfeita delimitação política do território nacional. Ainda como consequência desse decreto, foram os Municípios obrigados a realizar levantamentos das suas áreas, obedecendo à técnica traçada pelo citado decreto.

Agora, para comemorar mais um aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram expostos 1.574 mapas municipais, representando a totalidade dos Municípios do Brasil.

Simplifica-se, por essa maneira, a confecção da futura carta geral da nossa Pátria. Reduzindo-se os mapas expostos à escala conveniente, fixando-se cada Município em seu lugar próprio, através as coordenadas que o situam geograficamente, fácil será realizar esse grandioso empreendimento.

Mas, força é convir, nada disso seria possível fazer sem um plano bem traçado e executado sem esmorecimento.

Tal se conseguiu, principalmente, devido à tencidade, não só do Embaixador Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mas, ainda, graças aos esforços dos Drs. Teixeira de Freitas e Leite de Castro, que, cada um em seu sector, idealizaram e concretizaram a grande vitória que hoje se revela aos olhos de todos aqueles que saibam, de fato, admirar as realizações grandiosas dos brasileiros.

(Jornal do Brasil, de 5 de Junho).

EXPOSIÇÃO DE MAPAS

A EXPOSIÇÃO de Mapas Municipais, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é um espetáculo que deveria merecer maior interesse do público. Não são muitos os visitantes. Entretanto, que esplêndida lição de brasilidade se aprende naquela sucessão de cartas, representando todos os núcleos de atividade local, no imenso território nacional!

Já o fato de não haver faltado nenhum Município, dos 1.574 que o Brasil possui, é prova de que vamos progredindo no interesse pelas coisas pátrias. Não foi muito o tempo de que se dispôs para a composição dos mapas. Não são variados e amplos os recursos de que podemos dispor para essa realização. Mas o certo é que, dentro do tempo fixado, e de acordo com os meios de que cada Município podia dispor, todos cumpriram a sua missão, todos obedeceram à ordem superior.

Em alguns Estados, não existe mais do que o contorno do Município. Mas na maioria dos mapas, encontramos outras indicações, a divisão dos distritos, a localização dos povoados, a hidrografia, o relevo do solo, o traçado das estradas. Os Municípios do Acre apresentaram cartas interessantes, como os de Mato Grosso. Se não houve padronização rigorosa, impôs-se um mínimo de requisitos, que se acham em todos os mapas, sem exceção. Não se impedindo que as cartas viessem com todos os elementos de que pudessem dispor, o I. B. G. E. obteve, na competição que se estabeleceu, que muitos Estados se esmerassem em exceder o que se pedia. E entre essas unidades da Federação, há três que merecem referência especial: Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Em Minas, todos os mapas apresentam muitos elementos de informação, e foram preparados, com esmero, no serviço estadual, aparelhado com elementos técnicos de primeira ordem. Na exposição dos mapas de S. Paulo, além da carta excelente, houve uma série de fotografias aéreas com os principais aspectos das Municipalidades. O Paraná se esmerou na apresentação de seus mapas, que são iguais aos melhores. Levou mais longe a documentação fotográfica. De cada Município encontramos, na Exposição, os aspectos mais expressivos, tanto em relação às cidades, como a respeito das atividades agrícolas, dos costumes e da paisagem local.

A seção destinada aos mapas do Paraná serve para nos mostrar o que poderia ser uma exposição permanente dos Municípios brasileiros. Haveria apenas que obter de todos os Estados que fizessem o que o Paraná realizou na Exposição atual. Quem percorresse as salas de mapas e de fotografias, teria a impressão de uma viagem pelo Brasil. Poder-se-ia exigir das escolas que levassem os seus alunos à Exposição mais brasileira que se poderia obter. E qualquer cidadão que a visitasse encontraria mil argumentos para se ufanar de seu país.

Não devemos confiar apenas à retórica e à verbiagem o desenvolvimento dos sentimentos de brasilidade. E uma Exposição de mapas, de fotografias, de aspectos e de produtos municipais deixa tal impressão da grandeza do Brasil, que seria de desejar pudesse tornar-se permanente, melhorando e aperfeiçoando o admirável esforço, que pela primeira vez se apresenta à admiração dos compatriotas.

(*Jornal do Brasil*, de 9 de Junho).

ÍNDICE

DISCURSOS

	PÁGS.
— Do Presidente Getúlio Vargas	9
— Do Ministro C. Tavares Bastos	10
— Do Professor Licínio de Almeida	13
— Do Embaixador José Carlos de Macedo Soares	15

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE BULHÕES CARVALHO	25
---	----

A IMPRENSA E A EXPOSIÇÃO NACIONAL DOS MAPAS MUNICIPAIS

<i>Uma boa amostra</i> , de Belisário de Sousa	33
<i>O Brasil</i> , de J. E. de Macedo Soares	35
<i>O conhecimento do Brasil</i> , de Azevedo Amaral	36
<i>Geografia e Estatística</i> , de Costa Rêgo	38
<i>Grande obra estatística</i> , de Antenor Novais	40
<i>Mapas municipais</i> , de Domingos Barbosa	41
<i>Exposição significativa</i> , de Virgílio Correia Filho	42
<i>Exposição Nacional de Mapas Municipais</i> , de Geraldo Mendes Barros	45
<i>O Brasil visto em três horas</i> , de Joaquim de Melo	49
<i>Uma exposição útil</i> , de Angyone Costa	51
<i>Trabalhos de estatística</i> , do "Jornal do Brasil"	53
<i>Os municípios e a sua realidade</i> , do "Diário de Notícias"	54
<i>O balanço da vida do Brasil</i> , do "Jornal do Comércio"	56
<i>A Exposição de Mapas Municipais</i> , de "O Jornal"	58
<i>A Exposição Nacional de Mapas Municipais</i> , de "A Gazeta" ...	59
<i>Mapas municipais</i> , do "Jornal do Brasil"	60
<i>Exposição de Mapas</i> , do "Jornal do Brasil"	61